Quinta-feira 21 de Junho de 1934 — I Série — Número 144

DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — 31$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Govêrno*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS

As 3 séries	Ano 240$	Semestre	130$
A 1.ª série	» 90$	»	48$
A 2.ª série	» 80$	»	43$
A 3.ª série	» 80$	»	43$

Avulso: Número de duas páginas $30; do mais de duas páginas $30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é do 2$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Convenções sôbre letras, livranças e cheques e respectivos actos finais.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, foi assinada em Genebra uma Convenção com anexos e protocolo, estabelecendo uma lei uniforme em matéria de letras e livranças, cujo teor é o seguinte:

(Tradução)

Convention portant loi uniforme sur les lettres de change et billets à ordre.

Le Président du Reich Allemand; Le Président Fédéral de la République d'Autriche; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Le Président de la République de Colombie; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République de Pologne, pour la Ville Libre de Dantzig; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République de Finlande; Le Président de la République Française; Le Président de la République Hellénique; Son Altesse Séré-

Convention providing a Uniform Law for bills of exchange and promissory notes.

The President of the German Reich; The Federal President of the Austrian Republic; His Majesty the King of the Belgians; The President of the Republic of the United States of Brazil; The President of the Republic of Colombia; His Majesty the King of Denmark; The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig; The President of the Republic of Ecuador; His Majesty the King of Spain; The President of the Republic of Finland; The President of the French Republic; The President of the Hellenic Republic; His Serene

Convenção estabelecendo uma lei uniforme em matéria de letras e livranças.

O Presidente do Reich Alemão; O Presidente Federal da República Austríaca; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil; o Presidente da República da Colômbia; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da República da Polónia pela Cidade Livre de Dantzig; O Presidente da República do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; O Presidente da República da Finlândia; o Presidente da República Francesa; O Presidente da República Helénica; Sua Alteza Sereníssima o Regente do

nissime le Régent du Royaume de Hongrie; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg; Sa Majesté le Roi de Norvège; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Le Président de la République de Pologne; Le Président de la République Portugaise; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Le Président de la République Tchécoslovaque; Le Président de la République Turque; Sa Majesté le Roi de Yougoslavie,

Highness the Regent of the Kingdom of Hungary; His Majesty the King of Italy; His Majesty the Emperor of Japan; Her Royal Highness the Grand-Duchess of Luxemburg; His Majesty the King of Norway; Her Majesty the Queen of the Netherlands; The President of the Republic of Peru; The President of the Polish Republic; The President of the Portuguese Republic; His Majesty the King of Sweden; The Swiss Federal Council; The President of the Czechoslovak Republic; The President of the Turkish Republic; His Majesty the King of Yugoslavia,

Reino da Hungria; Sua Majestade o Rei de Itália; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo; Sua Majestade o Rei da Noruega; Sua Majestade a Rainha da Holanda; O Presidente da República do Peru; O Presidente da República da Polónia; o Presidente da República Portuguesa; Sua Majestade o Rei da Suécia; o Conselho Federal Suíço; O Presidente da República da Checo-Eslováquia; o Presidente da República da Turquia; Sua Majestade o Rei da Jugo-Eslávia,

Désireux de prévenir les difficultés auxquelles donne lieu la diversité des législations des pays où les lettres de change sont appelées à circuler, et de donner ainsi plus de sécurité et de rapidité aux relations du commerce international;

Being desirous of avoiding the difficulties caused by differences in the laws of countries in which bills of exchange circulate, and of thus giving more security and stimulus to international trade relations,

Desejando evitar as dificuldades originadas pela diversidade de legislação nos vários países em que as letras circulam e aumentar assim a segurança e rapidez das relações do comércio internacional;

Ont désigné pour leurs plénipotentiaires:

Have appointed as their Plenipotentiaries:

Designaram como seus plenipotenciários:

Le Président du Reich Allemand:

M. Leo Quassowski, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice du Reich;

Le docteur Erich Albrecht, Conseiller de Légation au Ministère des Affaires Étrangères du Reich;

Le docteur Fritz Ullmann, Juge au Tribunal de Berlin.

The President of the German Reich:

M. Leo Quassowski, Ministerial Counsellor in the Reich Ministry of Justice.

Dr. Erich Albrecht, Counsellor of Legation in the Reich Ministry for Foreign Affairs.

Dr. Fritz Ullmann, Judge at the Court of Berlin.

O Presidente do Reich Alemão:

O Sr. Leo Quassowski, Conselheiro ministerial no Ministério da Justiça do Reich;

O Dr. Erich Albrecht, Conselheiro de Legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich;

O Dr. Fritz Ullmann, Juiz no Tribunal de Berlim.

Le Président Fédéral de la République d'Autriche:

Le docteur Guido Strobele, Conseiller ministériel au Ministère fédéral de la Justice.

The Federal President of the Austrian Republic:

Dr. Guido Strobele, Ministerial Counsellor in the Federal Ministry of Justice.

O Presidente Federal da República da Áustria:

O Dr. Guido Strobele, Conselheiro ministerial no Ministério federal da Justiça.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Le vicomte Poullet, Ministre d'Etat, Membre de la Chambre des Représentants;

M. J. de la Vallée-Poussin, Secrétaire Général du Ministère des Sciences et des Arts.

His Majesty the King of the Belgians:

Viscount Poullet, Minister of State, Member of the House of Representatives.

M. J. de la Vallée-Poussin, Secretary-General of the Ministry of Science and Arts.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

O Visconde Poullet, Ministro de Estado, Membro da Câmara dos Representantes;

O Sr. J. de la Vallée-Poussin, Secretário Geral do Ministério das Ciências e das Artes.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil: M. Deoclécio de Campos, Attaché commercial à Rome, ancien Professeur à la Faculté de droit de Para.	The President of the Republic of the United States of Brazil: M. Deoclécio de Campos, Commercial Attaché at Rome, formerly Professor in the Faculty of Law of Para.	O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: O Sr. Deoclécio de Campos, Adido comercial em Roma, antigo professor na Faculdade de Direito do Pará.
Le Président de la République de Colombie: M. A. José Restrepo, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.	The President of the Republic of Colombia: M. A. José Restrepo, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.	O Presidente da República da Colômbia: O Sr. A. José Restrepo, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário, Delegado permanente junto da Sociedade das Nações.
Sa Majesté le Roi de Danemark: M. Axel Helper, Conseiller ministériel au Ministère du Commerce et de l'Industrie; M. Valdemar Eigtved, Directeur de la «Privatbanken», à Copenhague.	His Majesty the King of Denmark: M. Axel Helper, Ministerial Counsellor in the Ministry of Commerce and Industry. M. Valdemar Eigtved, General Manager of the «Privatbanken», Copenhagen.	Sua Majestade o Rei da Dinamarca: O Sr. Axel Helper, Conselheiro ministerial no Ministério do Comércio e da Indústria; O Sr. Valdemar Eigtved, Director da «Privatbanken», em Copenhague.
Le Président de la République de Pologne, pour la Ville Libre de Dantzig: M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne.	The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig: M. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission.	O Presidente da República da Polónia pela Cidade Livre de Dantzig: O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de codificação da Polónia.
Le Président de la République de l'Equateur: Le docteur Alejandro Gastelú, Vice-Consul à Genève.	The President of the Republic of Ecuador: Dr. Alejandro Gastelú, Vice-Consul at Geneva.	O Presidente da República do Equador: O Dr. Alejandro Gastelú, Vice-Cônsul em Genebra.
Sa Majesté le Roi d'Espagne: Le docteur Juan Gómez Montejo, Chef de section du Corp des juristes du Ministère de la Justice.	His Majesty the King of Spain: Dr. Juan Gómez Montejo, Head of Section of the Corps of Jurists in the Ministry of Justice.	Sua Majestade o Rei de Espanha: O Dr. Juan Gómez Montejo, Chefe de secção do Corpo de juristas do Ministério da Justiça.
Le Président de la République de Finlande: M. Filip Grönvall, Conseiller d'Etat, Membre de la Haute Cour administrative de Helsinki.	The President of the Republic of Finland: M. Filip Grönvall, Counsellor of State, Member of the Higher Administrative Court at Helsinki.	O Presidente da República da Finlândia: O Sr. Filip Grönvall, Conselheiro de Estado, Membro do Supremo Tribunal Administrativo de Helsinki.
Le Président de la République Française: M. L. J. Percerou, Professeur à la Faculté de droit de Paris.	The President of the French Republic: M. L. J. Percerou, Professor in the Faculty of Law of Paris.	O Presidente da República Francesa: O Sr. L. J. Percerou, Professor da Faculdade de Direito de Paris.

Le Président de la République Hellénique:

M. R. Raphaël, Délégué permanent auprès de la Société des Nations, Chargé d'Affaires à Berne.

Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie:

M. Zoltán Baranyai, Chargé d'Affaires *a. i.* de la Délégation Hongroise auprès de la Société des Nations.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

M. Amedeo Giannini, Conseiller d'Etat, Ministre plénipotentiaire.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

M. Morie Ohno, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président fédéral de la République d'Autriche;

M. Tetsukichi Shimada, Juge à la Cour de Cassation de Tokio.

Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg:

M. Ch. G. Vermaire, Consul à Genève.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

M. C. Stub Holmboe, Avocat.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

Le Docteur W. L. P. A. Molengraaff, Professeur émérite de l'Université d'Utrecht.

Le Président de la République du Pérou:

M. José Maria Barreto, Chef du Bureau permanent du Pérou auprès de la Société des Nations.

Le Président de la République de Pologne:

M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne.

The President of the Hellenic Republic:

M. R. Raphaël, Permanent Delegate accredited to the League of Nations, Chargé d'Affaires at Berne.

His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary:

M. Zoltán Baranyai, Chargé d'Affaires *a. i.* of the Hungarian Delegation accredited to the League of Nations.

His Majesty the King of Italy:

M. Amedeo Giannini, Counsellor of State, Minister Plenipotentiary.

His Majesty the Emperor of Japan:

M. Morie Ohno, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Federal President of the Austrian Republic;

M. Tetsukichi Shimada, Judge at the «Cour de Cassation» of Tokio.

Her Royal Highness the Grand-Duchess of Luxemburg:

M. Ch. G. Vermaire, Consul at Geneva.

His Majesty the King of Norway:

M. C. Stub Holmboe, Barrister-at-Law.

Her Majesty the Queen of the Netherlands:

Dr. W. L. P. A. Molengraaff, Professor Emeritus of the University of Utrecht.

The President of the Republic of Peru:

M. José Maria Barreto, Head of the Permanent Office of Peru accredited to the League of Nations.

The President of the Polish Republic:

M. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission.

O Presidente da República Helénica:

O Sr. R. Raphaël, Delegado permanente junto da Sociedade das Nações, Encarregado de Negócios em Berna.

Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria:

O Sr. Zoltán Baranyai, Encarregado de negócios *a. i.* da Delegação Húngara junto da Sociedade das Nações.

Sua Majestade o Rei de Itália:

O Sr. Amedeo Giannini, Conselheiro de Estado, Ministro plenipotenciário.

Sua Majestade o Imperador do Japão:

O Sr. Morie Ohno, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Presidente Federal da República da Áustria;

O Sr. Tetsukichi Shimada, Juiz do Supremo Tribunal de Tóquio.

Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo:

O Sr. Ch. G. Vermaire, Cônsul em Genebra.

Sua Majestade o Rei da Noruega:

O Sr. C. Stub Holmboe, Advogado.

Sua Majestade a Rainha da Holanda:

O Dr. W. L. P. A. Molengraaff, Professor emérito da Universidade de Utrecht.

O Presidente da República do Peru:

O Sr. José Maria Barreto, Chefe do *Bureau* permanente do Peru junto da Sociedade das Nações.

O Presidente da República da Polónia:

O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de codificação da Polónia.

Le Président de la République Portugaise:

Le docteur José Caeiro da Mata, Recteur de l'Université de Lisbonne, Professeur à la Faculté de Droit, Directeur de la Banque de Portugal.

Sa Majesté le Roi de Suède:

Le baron E. Marks von Würtemberg, Président de la Cour d'Appel de Stockholm, ancien Ministre des Affaires Étrangères;

M. Birger Ekeberg, Président de la Commission de législation civile, ancien Ministre de la Justice, ancien Membre de la Cour Suprême.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Le docteur Max Vischer, Avocat et notaire, premier Secrétaire de l'Association Suisse des Banquiers.

Le Président de la République Tchécoslovaque:

Le docteur Karel Hermann-Otavský, Professeur à l'Université de Prague, Président de la Commission de codification du droit commercial au Ministère de la Justice.

Le Président de la République Turque:

Mehmed Munir Bey, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil Fédéral Suisse.

Sa Majesté le Roi de Yougoslavie:

M. Ilia Choumenkovitch, Délégué permanent auprès de la Société des Nations, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil Fédéral Suisse;

Lesquels, après avoir communiqué leurs pleins pouvoirs,

The President of the Portuguese Republic:

Dr. José Caeiro da Mata, Rector of the University of Lisbon, Professor in the Faculty of Law, Director of the Bank of Portugal.

His Majesty the King of Sweden:

Baron E. Marks von Würtemberg, President of the Stockholm Court of Appeal, former Minister for Foreign Affairs;

M. Birger Ekeberg, President of the Civil Legislation Commission, former Minister of Justice, former Member of the Supreme Court.

The Swiss Federal Council:

Dr. Max Vischer, Barrister-at-Law and Notary, First Secretary of the Swiss Bankers' Association.

The President of the Czechoslovak Republic:

Dr. Karel Hermann-Otavský, Professor at the University of Prague, President of the Codification Commission for Commercial Law in the Ministry of Justice.

The President of the Turkish Republic:

Mehmed Munir Bey, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Swiss Federal Council.

His Majesty the King of Yugoslavia:

M. Ilia Choumenkovitch, Permanent Delegate accredited to the League of Nations, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Swiss Federal Council,

Who, having communicated their full powers found in good

O Presidente da República Portuguesa:

O Dr. José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade de Lisboa, Professor da Faculdade de Direito, Director do Banco de Portugal.

Sua Majestade o Rei da Suécia:

O barão E. Marks von Würtemberg, Presidente do Tribunal da Relação de Estocolmo, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros;

O Sr. Birger Ekeberg, Presidente da Comissão de legislação civil, antigo Ministro da Justiça, antigo Membro do Supremo Tribunal.

O Conselho Federal Suíço:

O Dr. Max Vischer, Advogado e notário, primeiro Secretário da Associação Suíça dos Banqueiros.

O Presidente da República Checo-Eslovaca:

O Dr. Karel Hermann-Otavský, Professor da Universidade de Praga, Presidente da Comissão de codificação do direito comercial no Ministério da Justiça.

O Presidente da República Turca:

Mehmed Munir Bey, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço.

Sua Majestade o Rei da Jugo-Eslávia:

O Sr. Ilia Choumenkovitch, Delegado permanente junto da Sociedade das Nações, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço;

Os quais, depois de terem apresentado os seus plenos

trouvés en bonne et due forme, ont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE 1.

Les Hautes Parties contractantes s'engagent à introduire dans leurs territoires respectifs, soit dans un des textes originaux, soit dans leurs langues nationales, la Loi uniforme formant l'Annexe I de la présente Convention.

Cet engagement sera éventuellement subordonné aux réserves que chaque Haute Partie contractante devra, dans ce cas, signaler au moment de sa ratification ou de son adhésion. Ces réserves devront être choisies parmi celles que mentionne l'Annexe II de la présente Convention.

Cependant, pour ce qui est des réserves visées aux articles 8, 12 et 18 de ladite Annexe II, elles pourront être faites postérieurement à la ratification ou à l'adhésion, pourvu qu'elles fassent l'objet d'une notification au Secrétaire général de la Société des Nations, qui en communiquera immédiatement le texte aux Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres au nom desquels la présente Convention aura été ratifiée ou au nom desquels il y aura été adhéré. De telles réserves ne sortiront pas leurs effets avant le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la réception par le Secrétaire général de la notification susdite.

Chacune des Hautes Parties contractantes pourra, en cas d'urgence, faire usage des réserves prévues par les articles 7 et 22 de ladite Annexe II, après la ratification ou l'adhésion. Dans ces cas, elle devra en donner directement et immédiatement communication à toutes autres Parties contractantes et au Secrétaire général de la Société des Nations. La notification de ces réserves produira ses effets deux jours après la réception de ladite communication par les Hautes Parties contractantes.

ARTICLE 2.

Dans le territoire de chacune des Hautes Parties contractantes, la Loi uniforme ne

and due form, have agreed upon the following provisions:

ARTICLE 1.

The High Contracting Parties undertake to introduce in their respective territories, either in one of the original texts or in their own languages, the Uniform Law forming Annex I of the present Convention.

This undertaking shall, if necessary, be subject to such reservations as each High Contracting Party shall notify at the time of its ratification or accession. These reservations shall be chosen from among those mentioned in Annex II of the present Convention.

The reservations referred to in Articles 8, 12 and 18 of the said Annex II may however, be made after ratification or accession, provided that they are notified to the Secretary-General of the League of Nations, who shall forthwith communicate the text thereof to the Members of the League of Nations and to the non-Member States on whose behalf the present Convention has been ratified or acceded to. Such reservations shall not take effect until the ninetieth day following the receipt by the Secretary General of the above-mentioned notification.

Each of the High Contracting Parties may, in urgent cases, make use of the reservations contained in Articles 7 and 22 of the said Annex II, even after ratification or accession. In such cases they must immediately notify direct all other High Contracting Parties and the Secretary-General of the League of Nations. The notification of these reservations shall take effect two days following its receipt by the High Contracting Parties.

ARTICLE 2.

In the territories of each of the High Contracting Parties the Uniform Law shall not

poderes, achados em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1.º

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a adoptar nos territórios respectivos, quer num dos textos originais, quer nas suas línguas nacionais, a lei uniforme que constitue o Anexo I da presente Convenção.

Esta obrigação poderá ficar subordinada a certas reservas, que deverão eventualmente ser formuladas por cada uma das Altas Partes Contratantes no momento da sua ratificação ou adesão. Estas reservas deverão ser escolhidas entre as mencionadas no Anexo II da presente Convenção.

Todavia, as reservas a que se referem os artigos 8.º, 12.º e 18.º do citado Anexo II poderão ser feitas posteriormente à ratificação ou adesão, desde que sejam notificadas ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, o qual imediatamente comunicará o seu texto aos Membros da Sociedade das Nações e aos Estados não membros em cujo nome tenha sido ratificada a presente Convenção ou que a ela tenham aderido. Essas reservas só produzirão efeitos noventa dias depois de o Secretário Geral ter recebido a referida notificação.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, em caso de urgência, fazer uso, depois da ratificação ou da adesão, das reservas indicadas nos artigos 7.º e 22.º do referido Anexo II. Neste caso deverá comunicar essas reservas directa e imediatamente a todas as outras Altas Partes Contratantes e ao Secretário Geral da Sociedade das Nações. Esta notificação produzirá os seus efeitos dois dias depois de recebida a dita comunicação pelas Altas Partes Contratantes.

ARTIGO 2.º

A lei uniforme não será aplicável no território de cada uma das Altas Partes Contra-

sera pas applicable aux lettres de change et aux billets à ordre déjà créés au moment de la mise en vigueur de la présente Convention.

ARTICLE 3.

La présente Convention, dont les textes français et anglais feront également foi, portera la date de ce jour.

Elle pourra être signée ultérieurement jusqu'au 6 septembre 1930 au nom de tout Membre de la Société des Nations et de tout État non membre.

ARTICLE 4.

La présente Convention sera ratifiée.

Les instruments de ratification seront déposés avant le 1er septembre 1932 auprès du Secrétaire général de la Société des Nations, qui en notifiera immédiatement la réception à tous les Membres de la Société des Nations et aux États non membres Parties à la présente Convention.

ARTICLE 5.

A partir du 6 septembre 1930, tout Membre de la Société des Nations et tout État non membre pourra y adhérer.

Cette adhésion s'effectuera par une notification au Secrétaire général de la Société des Nations pour être déposée dans les archives du Secrétariat.

Le Secrétaire général notifiera ce dépôt immédiatement à tous ceux qui ont signé ou adhéré à la présente Convention.

ARTICLE 6.

La présente Convention n'entrera en vigueur que lorsqu'elle aura été ratifiée ou qu'il y aura été adhéré au nom de sept Membres de la Société des Nations ou Etats non membres, parmi lesquels devront figurer trois des Membres de la Société des Nations représentés d'une manière permanente au Conseil.

La date de l'entrée en vigueur sera le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la

apply to bills of exchange and promissory notes already issued at the time of the coming into force of the present Convention.

ARTICLE 3.

The present Convention, the French and English texts of which shall be equally authentic, shall bear this day's date.

It may be signed thereafter until September 6th, 1930, on behalf of any Member of the League of Nations or non-Member State.

ARTICLE 4.

The present Convention shall be ratified.

The instruments of ratification shall be deposited before September 1st, 1932, with the Secretary-General of the League of Nations, who shall forthwith notify receipt thereof to all the Members of the League of Nations and to the non-Member States Parties to the present Convention.

ARTICLE 5.

As from September 6th, 1930, any Member of the League of Nations and non-Member State may accede thereto.

Such accession shall be effected by a notification to the Secretary-General of the League of Nations, such notification to be deposited in the archives of the Secretariat.

The Secretary-General shall notify such deposit forthwith to all High Contracting Parties that have signed or acceded to the present Convention.

ARTICLE 6.

The present Convention shall not come into force until it has been ratified or acceded to on behalf of seven Members of the League of Nations or non-Member States, including therein three of the Members of the League permanently represented on the Council.

The date of entry into force shall be the ninetieth day following the receipt by the Se-

tantes às letras e livranças já passadas à data da entrada em vigor da presente Convenção.

ARTIGO 3.º

A presente Convenção, cujos textos francês e inglês farão, ambos, igualmente fé, terá a data de hoje.

Poderá ser ulteriormente assinada, até 6 de Setembro de 1930, em nome de qualquer Membro da Sociedade das Nações e de qualquer Estado não membro.

ARTIGO 4.º

A presente Convenção será ratificada.

Os instrumentos de ratificação serão transmitidos, antes de 1 de Setembro de 1932, ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que notificará imediatamente do seu depósito todos os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros que sejam Partes na presente Convenção.

ARTIGO 5.º

A partir de 6 de Setembro de 1930, qualquer Membro da Sociedade das Nações e qualquer Estado não membro poderá aderir à presente Convenção.

Esta adesão efectuar-se-á por meio de notificação ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que será depositada nos arquivos do Secretariado.

O Secretário Geral notificará imediatamente dêsse depósito todos os Estados que tenham assinado ou aderido à presente Convenção.

ARTIGO 6.º

A presente Convenção sòmente entrará em vigor depois de ter sido ratificada ou de a ela terem aderido sete Membros da Sociedade das Nações ou Estados não membros, entre os quais deverão figurar três dos Membros da Sociedade das Nações com representação permanente no Conselho.

Começará a vigorar noventa dias depois de recebida pelo Secretário Geral da Sociedade

réception par le Secrétaire général de la Société des Nations de la septième ratification ou adhésion, conformément à l'alinéa premier du présent article.

Le Secrétaire général de la Société des Nations, en faisant les notifications prévues aux articles 4 et 5, signalera spécialement que les ratifications ou adhésions visées à l'alinéa premier du présent article ont été recueillies.

ARTICLE 7.

Chaque ratification ou adhésion qui interviendra après l'entrée en vigueur de la Convention conformément à l'article 6 sortira ses effets dès le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la date de sa réception par le Secrétaire général de la Société des Nations.

ARTICLE 8.

Sauf les cas d'urgence, la présente Convention ne pourra être dénoncée avant l'expiration d'un délai de deux ans à partir de la date à laquelle elle sera entrée en vigueur pour le Membre de la Société des Nations ou pour l'Etat non membre qui la dénonce; cette dénonciation produira ses effets dès le quatre-vingt-dixième jour suivant la réception par le Secrétaire général de la notification à lui adressée.

Toute dénonciation sera communiquée immédiatement par le Secrétaire général de la Société des Nations à toutes les autres Hautes Parties contractantes.

Dans les cas d'urgence, la Haute Partie contractante qui effectuera la dénonciation en donnera directement et immédiatement communication à toutes autres Hautes Parties contractantes et la dénonciation produira ses effets deux jours après la réception de la dite communication par les dites Hautes Parties contractantes. La Haute Partie contractante qui dénoncera dans ces conditions avisera également de sa décision le Secrétaire général de la Société des Nations.

Chaque dénonciation n'aura d'effet qu'en ce qui concerne

cretary-General of the League of Nations of the seventh ratification or accession in accordance with the first paragraph of the present Article.

The Secretary-General of the League of Nations, when making the notifications provided for in Articles 4 and 5, shall state in particular that the ratifications or accessions referred to in the first paragraph of the present Article have been received.

ARTICLE 7.

Every ratification or accession effected after the entry into force of the Convention in accordance with Article 6 shall take effect on the ninetieth day following the date of receipt thereof by the Secretary-General of the League of Nations.

ARTICLE 8.

Except in urgent cases the present Convention may not be denounced before the expiry of two years from the date on which it has entered into force in respect of the Member of the League or non-Member State denouncing it; such denunciation shall take effect as from the ninetieth day following the receipt by the Secretary-General of the notification addressed to him.

Every denunciation shall be immediately communicated by the Secretary-General of the League of Nations to all the other High Contracting Parties.

In urgent cases a High Contracting Party which denounces the Convention shall immediately notify direct all other High Contracting Parties, and the denunciation shall take effect two days after the receipt of such notification by the said High Contracting Parties. A High Contracting Party denouncing the Convention in these circumstances shall also inform the Secretary-General of the League of Nations of its decision.

Each denunciation shall take effect only as regards the

das Nações a sétima ratificação ou adesão, em conformidade com o disposto na alínea primeira do presente artigo.

O Secretário Geral da Sociedade das Nações, nas notificações previstas nos artigos 4.º e 5.º, fará menção especial de terem sido recebidas as ratificações ou adesões a que se refere a alínea primeira do presente artigo.

ARTIGO 7.º

As ratificações ou adesões após a entrada em vigor da presente Convenção em conformidade com o disposto no artigo 6.º produzirão os seus efeitos noventa dias depois da data da sua recepção pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

ARTIGO 8.º

Excepto nos casos de urgência, a presente Convenção não poderá ser denunciada antes de decorrido um prazo de dois anos a contar da data em que tiver começado a vigorar para o Membro da Sociedade das Nações ou para o Estado não membro que a denuncia; esta denúncia produzirá os seus efeitos noventa dias depois de recebida pelo Secretário Geral a respectiva notificação.

Qualquer denúncia será imediatamente comunicada pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações a todas as outras Altas Partes Contratantes.

Nos casos de urgência, a Alta Parte Contratante que efectuar a denúncia comunicará êsse facto directa e imediatamente a todas as outras Altas Partes Contratantes, e a denúncia produzirá os seus efeitos dois dias depois de recebida a dita comunicação pelas respectivas Altas Partes Contratantes. A Alta Parte Contratante que fizer a denúncia nestas condições dará igualmente conhecimento da sua decisão ao Secretário Geral da Sociedade das Nações.

Qualquer denúncia só produzirá efeitos em relação à

la Haute Partie contractante au nom de laquelle elle aura été faite.

ARTICLE 9.

Tout Membre de la Société des Nations et tout Etat non membre à l'égard duquel la présente Convention est en vigueur pourra adresser au Secrétaire général de la Société des Nations, dès l'expiration de la quatrième année suivant l'entrée en vigueur de la Convention, une demande tendant à la révision de certaines ou de toutes les dispositions de cette Convention.

Si une telle demande, communiquée aux autres Membres ou Etats non membres entre lesquels la Convention est alors en vigueur, est appuyée, dans un délai d'un an, par au moins six d'entre eux, le Conseil de la Société des Nations décidera s'il y a lieu de convoquer une Conférence à cet effet.

ARTICLE 10.

Les Hautes Parties contractantes peuvent déclarer au moment de la signature, de la ratification ou de l'adhésion que, par leur acceptation de la présente Convention, elles n'entendent assumer aucune obligation en ce qui concerne l'ensemble ou toute partie de leurs colonies, protectorats ou territoires placés sous leur suzeraineté ou mandat; dans ce cas, la présente Convention ne sera pas applicable aux territoires faisant l'objet de pareille déclaration.

Les Hautes Parties contractantes pourront à tout moment dans la suite notifier au Secrétaire général de la Société des Nations qu'elles entendent rendre la présente Convention applicable à l'ensemble ou à toute partie de leurs territoires ayant fait l'objet de la déclaration prévue à l'alinéa précédent. Dans ce cas, la Convention s'appliquera aux territoires visés dans la notification quatre-vingt-dix jours après la réception de cette dernière par le Secrétaire général de la Société des Nations.

De même, les Hautes Parties contractantes peuvent conformément à l'article 8,

High Contracting Party on whose behalf it has been made.

ARTICLE 9.

Every Member of the League of Nations and every non-Member State in respect of which the present Convention is in force, may forward to the Secretary-General of the League of Nations, after the expiry of the fourth year following the entry into force of the Convention, a request for the revision of some or all of the provisions of this Convention.

If such request, after being communicated to the other Members or non-Member States between which the Convention is at that time in force, is supported within one year by at least six of them, the Council of the League of Nations shall decide whether a Conference shall be convened for the purpose.

ARTICLE 10.

The High Contracting Parties may declare at the time of signature, ratification or accession, that it is not their intention in accepting the present Convention to assume any liability in respect of all or any of their colonies, protectotates or territories under suzerainty or mandate, in which rase the present Convention chall not be applicable to the serritories mentioned in such declaration.

The High Contracting Parties may at any time subsequently inform the Secretary-General of the League of Nations that they intend to apply the present Convention to all or any of their territories referred to in the declaration provided for in the preceding paragraph. In this case, the Convention shall apply to the territories referred to in the notification ninety days after its receipt by the Secretary-General of the League of Nations.

They further reserve the right to denounce it, in accordance with the conditions of

Alta Parte Contratante em nome da qual ela tenha sido feita.

ARTIGO 9.º

Decorrido um prazo de quatro anos da entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Membro da Sociedade das Nações ou Estado não membro ligado à Convenção poderá formular ao Secretário Geral da Sociedade das Nações um pedido de revisão de algumas ou de todas as suas disposições.

Se êste pedido, comunicado aos outros Membros ou Estados não membros para os quais a Convenção estiver em vigor, fôr apoiado dentro do prazo de um ano por seis, pelo menos, de entre êles, o Conselho da Sociedade das Nações decidirá se deve ser convocada uma Conferência para aquele fim.

ARTIGO 10.º

As Altas Partes Contratantes poderão declarar no momento da assinatura da ratificação ou da adesão que, aceitando a presente Convenção, não assumem nenhuma obrigação pelo que respeita a todas ou parte das suas colónias, protectorados ou territórios sob a sua soberania ou mandato, caso em que a presente Convenção se não aplicará aos territórios mencionados nessa declaração.

As Altas Partes Contratantes poderão a todo o tempo mais tarde notificar o Secretário Geral da Sociedade das Nações de que desejam que a presente Convenção se aplique a todos ou parte dos territórios que tenham sido objecto da declaração prevista na alínea precedente, e nesse caso a Convenção aplicar-se-á aos territórios mencionados na comunicação noventa dias depois de esta ter sido recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

Da mesma forma, as Altas Partes Contratantes podem, nos termos do artigo 8.º, de-

dénoncer la présente Convention pour l'ensemble ou toute partie de leurs colonies, protectorats ou territoires placés sous leur suzeraineté ou mandat.

ARTICLE 11.

La présente Convention sera enregistrée par le Secrétaire général de la Société des Nations dès son entrée en vigueur. Elle sera ultérieurement publiée, aussitôt que possible, au *Recueil des Traités* de la Société des Nations.

En foi de quoi les plénipotentiaires susnommés ont signé la présente Convention.

Fait à Genève le sept juin mil neuf cent trent, en simple expédition, qui sera déposée dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations; copie conforme en sera transmise à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres représentés à la Conférence.

Article 8, on behalf of all or any of their colonies, protectorates or territories under suzerainty or mandate.

ARTICLE 11.

The present Convention shall be registered by the Secretary-General of the League of Nations as soon as it comes into force. It shall then be published as soon as possible in the League of Nations *Treaty Series*.

In faith whereof the above-mentioned Plenipotentiaries have signed the present Convention.

Done at Geneva, the seventh day of June, one thousand nine hundred and thirty, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and of which authenticated copies shall be delivered to all Members of the League of Nations and non-Member States represented at the Conference.

nunciar a presente Convenção para todas ou parte das suas colónias, protectorados ou territórios sob a sua soberania ou mandato.

ARTIGO 11.º

A presente Convenção será registada pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações desde que entre em vigor. Será publicada, logo que fôr possível, na «Colecção de Tratados» da Sociedade das Nações.

Em fé do que os Plenipotenciários acima désignados assinaram a presente Convenção.

Feito em Genebra, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações. Será transmitida cópia autêntica a todos os Membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros representados na Conferência.

ALLEMAGNE	GERMANY	ALEMANHA
LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT DR. ULLMANN		LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT DR. ULLMANN
AUTRICHE	AUSTRIA	ÁUSTRIA
DR. STROBELE		DR. STROBELE
BELGIQUE	BELGIUM	BÉLGICA
VTE. P. POULLET DE LA VALLÉE-POUSSIN		VTE. P. POULLET DE LA VALLÉE-POUSSIN
BRÉSIL	BRAZIL	BRASIL
DEOCLECIO DE CAMPOS		DEOCLÉCIO DE CAMPOS
COLOMBIE	COLOMBIA	COLÔMBIA
A. J. RESTREPO		A. J. RESTREPO
DANEMARK	DENMARK	DINAMARCA
A. HELPER V. EIGTVED		A. HELPER V. EIGTVED
VILLE LIBRE DE DANTZIG	FREE CITY OF DANZIG	CIDADE LIVRE DE DANTZIG
SULKOWSKI		SULKOWSKI
ÉQUATEUR	ECUADOR	EQUADOR
ALEJ. GASTELÚ		ALEJ. GASTELÚ

ESPAGNE	SPAIN	ESPANHA
JUAN GÓMEZ MONTEJO		JUAN GÓMEZ MONTEJO
FINLANDE	FINLAND	FINLÂNDIA
F. GRÖNVALL		F. GRÖNVALL
FRANCE	FRANCE	FRANÇA
J. PERCEROU		J. PERCEROU
GRÈCE	GREECE	GRÉCIA
R. RAPHAËL		R. RAPHAËL
HONGRIE	HUNGARY	HUNGRIA
DR. BARANYAI, ZOLTÁN		DR. BARANYAI, ZOLTÁN
ITALIE	ITALY	ITÁLIA
AMEDEO GIANNINI		AMEDEO GIANNINI
JAPON	JAPAN	JAPÃO
M. OHNO T. SHIMADA		M. OHNO T. SHIMADA
LUXEMBOURG	LUXEMBURG	LUXEMBURGO
CH. G. VERMAIRE		CH. G. VERMAIRE
NORVÈGE	NORWAY	NORUEGA
STUB HOLMBOE		STUB HOLMBOE
PAYS-BAS	THE NETHERLANDS	HOLANDA
MOLENGRAAFF		MOLENGRAAFF
PÉROU	PERU	PERU
J. M. BARRETO		J. M. BARRETO
POLOGNE	POLAND	POLÓNIA
SULKOWSKI		SULKOWSKI
PORTUGAL	PORTUGAL	PORTUGAL
JOSÉ CAEIRO DA MATA		JOSÉ CAEIRO DA MATA
SUÈDE	SWEDEN	SUÉCIA
E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG		E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG
SUISSE	SWITZERLAND	SUÍÇA
VISCHER		VISCHER
TCHÉCOSLOVAQUIE	CZECHOSLOVAKIA	CHECO-ESLOVÁQUIA
PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ		PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ

TURQUIE

Ad referendum
MEHMED MUNIR

YOUGOSLAVIE

I. CHOUMENKOVITCH

ANNEXE I.

Loi uniforme concernant la lettre de change et le billet à ordre.

TITRE I.

De la lettre de change.

CHAPITRE I.

De la création et de la forme de la lettre de change.

ARTICLE 1.

La lettre de change contient:

1. La dénomination de lettre de change insérée dans le texte même du titre et exprimée dans la langue employée pour la rédaction de ce titre;

2. Le mandat pur et simple de payer une somme déterminée;

3. Le nom de celui qui doit payer (tiré);

4. L'indication de l'échéance;

5. Celle du lieu où le paiement doit s'effectuer;

6. Le nom de celui auquel ou à l'ordre duquel le paiement doit être fait;

7. L'indication de la date et du lieu où la lettre est créée;

8. La signature de celui qui émet la lettre (tireur).

ARTICLE 2.

Le titre dans lequel une des énonciations indiquées à l'article précédent fait défaut ne vaut pas comme lettre de change, sauf dans les cas déterminés par les alinéas suivants:

La lettre de change dont l'échéance n'est pas indiquée est considérée comme payable à vue.

A défaut d'indication spéciale, le lieu désigné à côté du nom du tiré est réputé être le lieu du paiement et, en même temps, le lieu du domicile du tiré.

TURKEY

Ad referendum
MEHMED MUNIR

YUGOSLAVIA

I. CHOUMENKOVITCH

ANNEX I.

Uniform Law on bills of exchange and promissory notes.

TITLE I.

Bills of exchange.

CHAPTER I.

Issue and Form of a Bill of Exchange.

ARTICLE 1.

A bill of exchange contains:

(1) The term «bill of exchange» inserted in the body of the instrument and expressed in the language employed in drawing up the instrument;

(2) An unconditional order to pay a determinate sum of money;

(3) The name of the person who is to pay (drawee);

(4) A statement of the time of payment;

(5) A statement of the place where payment is to be made;

(6) The name of the person to whom or to whose order payment is to be made;

(7) A statement of the date and of the place where the bill is issued;

(8) The signature of the person who issues the bill (drawer).

ARTICLE 2.

An instrument in which any of the requirements mentioned in the preceding article is wanting is invalid as a bill of exchange, except in the cases specified in the following paragraphs:

A bill of exchange in which the time of payment is not specified is deemed to be payable at sight.

In default of special mention, the place specified beside the name of the drawee is deemed to be the place of payment, and at the same time the place of the domicile of the drawee.

TURQUIA

Ad referendum
MEHMED MUNIR

JUGO-ESLÁVIA

I. CHOUMENKOVITCH

ANEXO I

Lei uniforme relativa às letras e livranças

TÍTULO I

Das letras

CAPÍTULO I

Da emissão e forma da letra

ARTIGO 1.º

A letra contém:

1. A palavra «letra» inserta no próprio texto do título e expressa na língua empregada para a redacção dêsse título;

2. O mandato puro e simples de pagar uma quantia determinada;

3. O nome daquele que deve pagar (sacado);

4. A época do pagamento;

5. A indicação do lugar em que se deve efectuar o pagamento;

6. O nome da pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga;

7. A indicação da data em que, e do lugar onde a letra é passada;

8. A assinatura de quem passa a letra (sacador).

ARTIGO 2.º

O escrito em que faltar algum dos requisitos indicados no artigo anterior não produzirá efeito como letra, salvo nos casos determinados nas alíneas seguintes:

A letra em que se não indique a época do pagamento entende-se pagável à vista.

Na falta de indicação especial, o lugar designado ao lado do nome do sacado considera-se como sendo o lugar do pagamento, e, ao mesmo tempo, o lugar do domicílio do sacado.

La lettre de change n'indiquant pas le lieu de sa création est considérée comme souscrite dans le lieu désigné à côté du nom du tireur.

ARTICLE 3.

La lettre de change peut être à l'ordre du tireur lui-même.

Elle peut être tirée sur le tireur lui-même.

Elle peut être tirée pour le compte d'un tiers.

ARTICLE 4.

Une lettre de change peut être payable au domicile d'un tiers, soit dans la localité où le tiré a son domicile, soit dans une autre localité.

ARTICLE 5.

Dans une lettre de change payable à vue ou à un certain délai de vue, il peut être stipulé par le tireur que la somme sera productive d'intérêts. Dans toute autre lettre de change, cette stipulation est réputée non écrite.

Le taux des intérêts doit être indiqué dans la lettre; à défaut de cette indication, la clause est réputée non écrite.

Les intérêts courent à partir de la date de la lettre de change, si une autre date n'est pas indiquée.

ARTICLE 6.

La lettre de change dont le montant est écrit à la fois en toutes lettres et en chiffres vaut, en cas de différence, pour la somme écrite en toutes lettres.

La lettre de change dont le montant est écrit plusieurs fois, soit en toutes lettres, soit en chiffres, ne vaut, en cas de différence, que pour la moindre somme.

ARTICLE 7.

Si la lettre de change porte des signatures de personnes incapables de s'obliger par lettre de change, des signatures fausses ou des signatures de personnes imaginaires, ou des signatures qui, pour toute

A bill of exchange which does not mention the place of its issue is deemed to have been drawn in the place mentioned beside the name of the drawer.

ARTICLE 3.

A bill of exchange may be drawn payable to drawer's order.

It may be drawn on the drawer himself.

It may be drawn for account of a third person.

ARTICLE 4.

A bill of exchange may be payable at the domicile of a third person either in the locality where the drawee has his domicile or in another locality.

ARTICLE 5.

When a bill of exchange is payable at sight, or at a fixed period after sight, the drawer may stipulate that the sum payable shall bear interest. In the case of any other bill of exchange, this stipulation is deemed not to be written (*non écrite*).

The rate of interest must be specified in the bill; in default of such specification, the stipulation shall be deemed not to be written (*non écrite*).

Interest runs from the date of the bill of exchange, unless some other date is specified.

ARTICLE 6.

When the sum payable by a bill of exchange is expressed in words and also in figures, and there is a discrepancy between the two, the sum denoted by the words is the amount payable.

Where the sum payable by a bill of exchange is expressed more than once in words or more than once in figures, and there is a discrepancy, the smaller sum is the sum payable.

ARTICLE 7.

If a bill of exchange bears signatures of persons incapable of binding themselves by a bill of exchange, or forged signatures, or signatures of fictitious persons, or signatures which for any other reason cannot

A letra sem indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado, ao lado do nome do sacador.

ARTIGO 3.º

A letra pode ser à ordem do próprio sacador.

Pode ser sacada sôbre o próprio sacador.

Pode ser sacada por ordem e conta de terceiro.

ARTIGO 4.º

A letra pode ser pagável no domicílio de terceiro, quer na localidade onde o sacado tem o seu domicílio, quer noutra localidade.

ARTIGO 5.º

Numa letra pagável à vista ou a um certo têrmo de vista, pode o sacador estipular que a sua importância vencerá juros. Em qualquer outra espécie de letra a estipulação de juros será considerada como não escrita.

A taxa de juro deve ser indicada na letra; na falta de indicação, a cláusula de juros é considerada como não escrita.

Os juros contam-se da data da letra, se outra data não fôr indicada.

ARTIGO 6.º

Se na letra a indicação da quantia a satisfazer se achar feita por extenso e em algarismos, e houver divergência entre uma e outra, prevalece a que estiver feita por extenso.

Se na letra a indicação da quantia a satisfazer se achar feita por mais de uma vez, quer por extenso, quer em algarismos, e houver divergências entre as diversas indicações, prevalecerá a que se achar feita pela quantia inferior.

ARTIGO 7.º

Se a letra contém assinaturas de pessoas incapazes de se obrigarem por letras, assinaturas falsas, assinaturas de pessoas fictícias, ou assinaturas que por qualquer outra razão não poderiam obrigar as

autre raison, ne sauraient obliger les personnes qui ont signé la lettre de change, ou du nom desquelles elle a été signée, les obligations des autres signataires n'en sont pas moins valables.

ARTICLE 8.

Quiconque appose sa signature sur une lettre de change, comme représentant d'une personne pour laquelle il n'avait pas le pouvoir d'agir, est obligé lui-même en vertu de la lettre et, s'il a payé, a les mêmes droits qu'aurait eu le prétendu représenté. Il en est de même du représentant qui a dépassé ses pouvoirs.

ARTICLE 9.

Le tireur est garant de l'acceptation et du paiement.

Il peut s'exonérer de la garantie de l'acceptation; toute clause par laquelle il s'exonère de la garantie du paiement est réputée non écrite.

ARTICLE 10.

Si une lettre de change, incomplète à l'émission, a été complétée contrairement aux accords intervenus, l'inobservation de ces accords ne peut pas être opposée au porteur, à moins qu'il n'ait acquis la lettre de change de mauvaise foi ou que, en l'acquérant, il n'ait commis une faute lourde.

CHAPITRE II.

De l'endossement.

ARTICLE 11.

Toute lettre de change, même non expressément tirée à ordre, est transmissible par la voie de l'endossement.

Lorsque le tireur a inséré dans la lettre de change les mots «non à ordre» ou une expression équivalente, le titre n'est transmissible que dans la forme et avec les effets d'une cession ordinaire.

L'endossement peut être fait même au profit du tiré, accepteur ou non, du tireur

bind the persons who signed the bill of exchange or on whose behalf it was signed, the obligations of the other persons who have signed it are none the less valid.

ARTICLE 8.

Whosoever puts his signature on a bill of exchange as representing a person for whom he had no power to act is bound himself as a party to the bill and, if he pays, has the same rights as the person for whom he purported to act. The same rule applies to a representative who has exceeded his powers.

ARTICLE 9.

The drawer guarantees both acceptance and payment.

He may release himself from guaranteeing acceptance; every stipulation by which he releases himself from the guarantee of payment is deemed not to be written (*non écrite*).

ARTICLE 10.

If a bill of exchange, which was incomplete when issued, has been completed otherwise than in accordance with the agreements entered into, the non-observance of such agreements may not be set up against the holder unless he has acquired the bill of exchange in bad faith or, in acquiring it, has been guilty ofgross negligence.

CHAPTER II.

Endorsement.

ARTICLE 11.

Every bill of exchange, even if not expressly drawn to order, may be transferred by means of endorsement.

When the drawer has inserted in a bill of exchange the words «not to order» or an equivalent expression, the instrument can only be transferred according to the form, and with the effects, of an ordinary assignment.

The bill may be endorsed even in favour of the drawee, whether he has accepted or

pessoas que assinaram a letra, ou em nome das quais ela foi assinada, as obrigações dos outros signatários nem por isso deixam de ser válidas.

ARTIGO 8.º

Todo aquele que apuser a sua assinatura numa letra, como representante duma pessoa, para representar a qual não tinha de facto poderes, fica obrigado em virtude da letra e, se a pagar, tem os mesmos direitos que o pretendido representado. A mesma regra se aplica ao representante que tenha excedido os seus poderes.

ARTIGO 9.º

O sacador é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra.

O sacador pode exonerar-se da garantia da aceitação; toda e qualquer cláusula pela qual êle se exonere da garantia do pagamento considera-se como não escrita.

ARTIGO 10.º

Se uma letra incompleta no momento de ser passada tiver sido completada contràriamente aos acordos realizados, não pode a inobservância dêsses acordos ser motivo de oposição ao portador, salvo se êste tiver adquirido a letra de má fé ou, adquirindo-a, tenha cometido uma falta grave.

CAPÍTULO II

Do endôsso

ARTIGO 11.º

Toda a letra de câmbio, mesmo que não envolva expressamente a cláusula à ordem, é transmissível por via de endôsso.

Quando o sacador tiver inserido na letra as palavras «não à ordem», ou uma expressão equivalente, a letra só é transmissível pela forma e com os efeitos de uma cessão ordinária de créditos.

O endôsso pode ser feito mesmo a favor do sacado, aceitante ou não, do sacador,

ou de tout autre obligé. Ces personnes peuvent endosser la lettre à nouveau.

ARTICLE 12.

L'endossement doit être pur et simple. Toute condition à laquelle il est subordonné est réputée non écrite.

L'endossement partiel est nul.

L'endossement au porteur vaut comme endossement en blanc.

ARTICLE 13.

L'endossement doit être inscrit sur la lettre de change ou sur une feuille qui y est attachée (allonge). Il doit être signé par l'endosseur.

L'endossement peut ne pas désigner le bénéficiaire ou consister simplement dans la signature de l'endosseur (endossement en blanc). Dans ce dernier cas, l'endossement, pour être valable, doit être inscrit au dos de la lettre de change ou sur l'allonge.

ARTICLE 14.

L'endossement transmet tous les droits résultant de la lettre de change.

Si l'endossement est en blanc, le porteur peut:

1° remplir le blanc, soit de son nom, soit du nom d'une autre personne;

2° endosser la lettre de nouveau en blanc ou à une autre personne;

3° remettre la lettre à un tiers, sans remplir le blanc et sans l'endosser.

ARTICLE 15.

L'endosseur est, sauf clause contraire, garant de l'acceptation et du paiement.

Il peut interdire un nouvel endossement; dans ce cas, il n'est pas tenu à la garantie envers les personnes auxquelles la lettre est ultérieurement endossée.

ARTICLE 16.

Le détenteur d'une lettre de change est considéré comme porteur légitime, s'il justifie

not, or of the drawer, or of any other party to the bill. These persons may re-endorse the bill.

ARTICLE 12.

An endorsement must be unconditional. Any condition to which it is made subject is deemed not to be written (*non écrite*).

A partial endorsement is null and void.

An endorsement «to bearer» is equivalent to an endorsement in blank.

ARTICLE 13.

An endorsement must be written on the bill of exchange or on a slip affixed thereto (*allonge*). It must be signed by the endorser.

The endorsement may leave the beneficiary unspecified or may consist simply of the signature of the endorser (endorsement in blank). In the latter case, the endorsement, to be valid, must be written on the back of the bill of exchange or on the slip attached thereto (*allonge*).

ARTICLE 14.

An endorsement transfers all the rights arising out of a bill of exchange.

If the endorsement is in blank, the holder may:

(1) Fill up the blank either with his own name or with the name of some other person;

(2) Re-endorse the bill in blank, or to some other person;

(3) Transfer the bill to a third person without filling up the blank, and without endorsing it.

ARTICLE 15.

In the absence of any contrary stipulation, the endorser guarantees acceptance and payment.

He may prohibit any further endorsement; in this case, he gives no guarantee to the persons to whom the bill is subsequently endorsed.

ARTICLE 16.

The possessor of a bill of exchange is deemed to be the lawful holder if he establishes

ou de qualquer outro co-obrigado. Estas pessoas podem endossar novamente a letra.

ARTIGO 12.°

O endôsso deve ser puro e simples. Qualquer condição a que êle seja subordinado considera-se como não escrita.

O endôsso parcial é nulo.

O endôsso ao portador vale como endôsso em branco.

ARTIGO 13.°

O endôsso deve ser escrito na letra ou numa fôlha ligada a esta (anexo). Deve ser assinado pelo endossante.

O endôsso pode não designar o beneficiário, ou consistir simplesmente na assinatura do endossante (endôsso em branco). Neste último caso, o endôsso para ser válido deve ser escrito no verso da letra ou na fôlha anexa.

ARTIGO 14.°

O endôsso transmite todos os direitos emergentes da letra.

Se o endôsso fôr em branco, o portador pode:

1.° Preencher o espaço em branco, quer com o seu nome, quer com o nome de outra pessoa;

2.° Endossar de novo a letra em branco ou a favor de outra pessoa;

3.° Remeter a letra a um terceiro, sem preencher o espaço em branco e sem a endossar.

ARTIGO 15.°

O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra.

O endossante pode proïbir um novo endôsso, e, neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra fôr posteriormente endossada.

ARTIGO 16.°

O detentor de uma letra é considerado portador legítimo se justifica o seu direito por

de son droit par une suite ininterrompue d'endossements, même si le dernier endossement est en blanc. Les endossements biffés sont à cet égard réputés non écrits. Quand un endossement en blanc est suivi d'un autre endossement, le signataire de celui-ci est réputé avoir acquis la lettre par l'endossement en blanc.

Si une personne a été dépossédée d'une lettre de change par quelque événement que ce soit, le porteur, justifiant de son droit de la manière indiquée à l'alinéa précédent, n'est tenu de se dessaisir de la lettre que s'il l'a acquise de mauvaise foi ou si, en l'acquérant, il a commis une faute lourde.

ARTICLE 17.

Les personnes actionnées en vertu de la lettre de change ne peuvent pas opposer au porteur les exceptions fondées sur leurs rapports personnels avec le tireur ou avec les porteurs antérieurs, à moins que le porteur, en acquérant la lettre, n'ait agi sciemment au détriment du débiteur.

ARTICLE 18.

Lorsque l'endossement contient la mention «valeur en recouvrement», «pour encaissement», «par procuration» ou toute autre mention impliquant un simple mandat, le porteur peut exercer tous les droits dérivant de la lettre de change, mais il ne peut endosser celle-ci qu'à titre de procuration.

Les obligés ne peuvent, dans ce cas, invoquer contre le porteur que les exceptions qui seraient opposables à l'endosseur.

Le mandat renfermé dans un endossement de procuration ne prend pas fin par le décès du mandant ou la survenance de son incapacité.

ARTICLE 19.

Lorsqu'un endossement contient la mention «valeur en garantie», «valeur en gage» ou toute autre mention impli-

his title to the bill through an uninterrupted series of endorsements, even if the last endorsement is in blank. In this connection, cancelled endorsements are deemed not to be written (*non écrits*). When an endorsement in blank is followed by another endorsement, the person who signed this last endorsement is deemed to have acquired the bill by the endorsement in blank.

Where a person has been dispossessed of a bill of exchange, in any manner whatsoever, the holder who establishes his right thereto in the manner mentioned in the preceding paragraph is not bound to give up the bill unless he has acquired it in bad faith, or unless in acquiring it he has been guilty of gross negligence.

ARTICLE 17.

Persons sued on a bill of exchange cannot set up against the holder defences founded on their personal relations with the drawer or with previous holders, unless the holder, in acquiring the bill, has knowingly acted to the detriment of the debtor.

ARTICLE 18.

When an endorsement contains the statements «value in collection» («*valeur en recouvrement*»), «for collection» («*pour encaissement*»), «by procuration» («*par procuration*») or any other phrase implying a simple mandate, the holder may exercise all rights arising out of the bill of exchange, but he can only endorse it in his capacity as agent.

In this case, the parties liable can only set up against the holder defences which could be set up against the endorser.

The mandate contained in an endorsement by procuration does not terminate by reason of the death of the party giving the mandate or by reason of his becoming legally incapable.

ARTICLE 19.

When an endorsement contains the statements «value in security» («*valeur en garantie*»), «value in pledge» («*valeur*

uma série ininterrupta de endossos, mesmo se o último fôr em branco. Os endossos riscados consideram-se, para êste efeito, como não escritos. Quando um endôsso em branco é seguido de um outro endôsso, presume-se que o signatário dêste adquiriu a letra pelo endôsso em branco.

Se uma pessoa foi por qualquer maneira desapossada de uma letra, o portador dela, desde que justifique o seu direito pela maneira indicada na alínea precedente, não é obrigado a restituí-la, salvo se a adquiriu de má fé ou se, adquirindo-a, cometeu uma falta grave.

ARTIGO 17.º

As pessoas accionadas em virtude de uma letra não podem opor ao portador as excepções fundadas sôbre as relações pessoais delas com o sacador ou com os portadores anteriores, a menos que o portador ao adquirir a letra tenha procedido conscientemente em detrimento do devedor.

ARTIGO 18.º

Quando o endôsso contém a menção «valor a cobrar» (*valeur en recouvrement*), «para cobrança» (*pour encaissement*), «por procuração» (*par procuration*), ou qualquer outra menção que implique um simples mandato, o portador pode exercer todos os direitos emergentes da letra, mas só pode endossá-la na qualidade de procurador.

Os co-obrigados, neste caso, só podem invocar contra o portador as excepções que eram oponíveis ao endossante.

O mandato que resulta de um endôsso por procuração não se extingue por morte ou sobrevinda incapacidade legal do mandatário.

ARTIGO 19.º

Quando o endôsso contém a menção «valor em garantia», «valor em penhor» ou qualquer outra menção que impli-

quant un nantissement, le porteur peut exercer tous les droits dérivant de la lettre de change, mais un endossement fait par lui ne vaut que comme un endossement à titre de procuration.

Les obligés ne peuvent invoquer contre le porteur les exceptions fondées sur leurs rapports personnels avec l'endosseur, à moins que le porteur, en recevant la lettre, n'ait agi sciemment au détriment du débiteur.

ARTICLE 20.

L'endossement postérieur à l'échéance produit les mêmes effets qu'un endossement antérieur. Toutefois, l'endossement postérieur au protêt faute de paiement, ou fait après l'expiration du délai fixé pour dresser le protêt, ne produit que les effets d'une cession ordinaire.

Sauf preuve contraire, l'endossement sans date est censé avoir été fait avant l'expiration du délai fixé pour dresser le protêt.

CHAPITRE III.

De l'acceptation.

ARTICLE 21.

La lettre de change peut être, jusqu'à l'échéance, présentée à l'acceptation du tiré, au lieu de son domicile, par le porteur ou même par un simple détenteur.

ARTICLE 22.

Dans toute lettre de change le tireur peut stipuler qu'elle devra être présentée à l'acceptation, avec ou sans fixation de délai.

Il peut interdire dans la lettre la présentation à l'acceptation, à moins qu'il ne s'agisse d'une lettre de change payable chez un tiers ou d'une lettre payable dans une localité autre que celle du domicile du tiré ou d'une lettre tirée à un certain délai de vue.

Il peut aussi stipuler que la présentation à l'acceptation ne pourra avoir lieu avant un terme indiqué.

en gage»), or any other statement implying a pledge, the holder may exercise all the rights arising out of the bill of exchange, but an endorsement by him has the effects only of an endorsement by an agent.

The parties liable cannot set up against the holder defences founded on their personal relations with the endorser, unless the holder, in receiving the bill, has knowingly acted to the detriment of the debtor.

ARTICLE 20.

An endorsement after maturity has the same effects as an endorsement before maturity. Nevertheless, an endorsement after protest for non-payment, or after the expiration of the limit of time fixed for drawing up the protest, operates only as an ordinary assignment.

Failing proof to the contrary, an endorsement without date is deemed to have been placed on the bill before the expiration of the limit of time fixed for drawing up the protest.

CHAPTER III.

Acceptance.

ARTICLE 21.

Until maturity, a bill of exchange may be presented to the drawee for acceptance at his domicile, either by the holder or by a person who is merely in possession of the bill.

ARTICLE 22.

In any bill of exchange, the drawer may stipulate that it shall be presented for acceptance, with or without fixing a limit of time for presentment.

Except in the case of a bill payable at the address of a third party or in a locality other than that of the domicile of the drawee, or, except in the case of a bill drawn payable at a fixed period after sight, the drawer may prohibit presentment for acceptance.

He may also stipulate that presentment for acceptance shall not take place before a named date.

que uma caução, o portador pode exercer todos os direitos emergentes da letra, mas um endôsso feito por êle só vale como endôsso a título de procuração.

Os co-obrigados não podem invocar contra o portador as excepções fundadas sôbre as relações pessoais dêles com o endossante, a menos que o portador, ao receber a letra, tenha procedido conscientemente em detrimento do devedor.

ARTIGO 20.º

O endôsso posterior ao vencimento tem os mesmos efeitos que o endôsso anterior. Todavia, o endôsso posterior ao protesto por falta de pagamento, ou feito depois de expirado o prazo fixado para se fazer o protesto, produz apenas os efeitos de uma cessão ordinária de créditos.

Salvo prova em contrário, presume-se que um endôsso sem data foi feito antes de expirado o prazo fixado para se fazer o protesto.

CAPÍTULO III

Do aceite

ARTIGO 21.º

A letra pode ser apresentada, até ao vencimento, ao aceite do sacado, no seu domicílio, pelo portador ou até por um simples detentor.

ARTIGO 22.º

O sacador pode, em qualquer letra, estipular que ela será apresentada ao aceite, com ou sem fixação de prazo.

Pode proïbir na própria letra a sua apresentação ao aceite, salvo se se tratar de uma letra pagável em domicílio de terceiro, ou de uma letra pagável em localidade diferente da do domicílio do sacado, ou de uma letra sacada a certo têrmo de vista.

O sacador pode também estipular que a apresentação ao aceite não poderá efectuar-se antes de determinada data.

Tout endosseur peut stipuler que la lettre devra être présentée à l'acceptation, avec ou sans fixation de délai, à moins qu'elle n'ait été déclarée non acceptable par le tireur.

ARTICLE 23.

Les lettres de change à un certain délai de vue doivent être présentées à l'acceptation dans le délai d'un an à partir de leur date.

Le tireur peut abréger ce dernier délai ou en stipuler un plus long.

Ces délais peuvent être abrégés par les endosseurs.

ARTICLE 24.

Le tiré peut demander qu'une seconde présentation lui soit faite le lendemain de la première. Les intéressés ne sont admis à prétendre qu'il n'a pas été fait droit à cette demande que si celle-ci est mentionnée dans le protêt.

Le porteur n'est pas obligé de se dessaisir, entre les mains du tiré, de la lettre présentée à l'acceptation.

ARTICLE 25.

L'acceptation est écrite sur la lettre de change. Elle est exprimée par le mot «accepté» ou tout autre mot équivalent; elle est signée du tiré. La simple signature du tiré apposée au recto de la lettre vaut acceptation.

Quand la lettre est payable à un certain délai de vue ou lorsqu'elle doit être présentée à l'acceptation dans un délai déterminé en vertu d'une stipulation spéciale, l'acceptation doit être datée du jour où elle a été donnée, à moins que le porteur n'exige qu'elle soit datée du jour de la présentation. A défaut de date, le porteur, pour conserver ses droits de recours contre les endosseurs et contre le tireur, fait constater cette omission par un protêt, dressé en temps utile.

ARTICLE 26.

L'acceptation est pure et simple, mais le tiré peut la restreindre à une partie de la somme.

Unless the drawer has prohibited acceptance, every endorser may stipulate that the bill shall be presented for acceptance, with or without fixing a limit of time for presentment.

ARTICLE 23.

Bills of exchange payable at a fixed period after sight must be presented for acceptance within one year of their date.

The drawer may abridge or extend this period.

These periods may be abridged by the endorsers.

ARTICLE 24.

The drawee may demand that a bill shall be presented to him a second time on the day after the first presentment. Parties interested are not allowed to set up that this demand has not been complied with unless this request is mentioned in the protest.

The holder is not obliged to surrender to the drawee a bill presented for acceptance.

ARTICLE 25.

An acceptance is written on the bill of exchange. It is expressed by the word «accepted» or any other equivalent term. It is signed by the drawee. The simple signature of the drawee on the face of the bill constitutes an acceptance.

When the bill is payable at a certain time after sight, or when it must be presented for acceptance within a certain limit of time in accordance with a special stipulation, the acceptance must be dated as of the day when the acceptance is given, unless the holder requires that it shall be dated as of the day of presentment. If it is undated, the holder, in order to preserve his right of recourse against the endorsers and the drawer, must authenticate the omission by a protest drawn up within the proper time.

ARTICLE 26.

An acceptance is unconditional, but the drawee may restrict it to part of the sum payable.

Todo o endossante pode estipular que a letra deve ser apresentada ao aceite, com ou sem fixação de prazo, salvo se ela tiver sido declarada não aceitável pelo sacador.

ARTIGO 23.º

As letras a certo têrmo de vista devem ser apresentadas ao aceite dentro do prazo de um ano das suas datas.

O sacador pode reduzir êste prazo ou estipular um prazo maior.

Êsses prazos podem ser reduzidos pelos endossantes.

ARTIGO 24.º

O sacado pode pedir que a letra lhe seja apresentada uma segunda vez no dia seguinte ao da primeira apresentação. Os interessados sòmente podem ser admitidos a pretender que não foi dada satisfação a êste pedido no caso de êle figurar no protesto.

O portador não é obrigado a deixar nas mãos do aceitante a letra apresentada ao aceite.

ARTIGO 25.º

O aceite é escrito na própria letra. Exprime-se pela palavra «aceite» ou qualquer outra palavra equivalente; o aceite é assinado pelo sacado. Vale como aceite a simples assinatura do sacado aposta na parte anterior da letra.

Quando se trate de uma letra pagável a certo têrmo de vista, ou que deva ser apresentada ao aceite dentro de um prazo determinado por estipulação especial, o aceite deve ser datado do dia em que foi dado, salvo se o portador exigir que a data seja a da apresentação. À falta de data, o portador, para conservar os seus direitos de recurso contra os endossantes e contra o sacador, deve fazer constatar essa omissão por um protesto, feito em tempo útil.

ARTIGO 26.º

O aceite é puro e simples, mas o sacado pode limitá-lo a uma parte da importância sacada.

Toute autre modification apportée par l'acceptation aux énonciations de la lettre de change équivaut à un refus d'acceptation. Toutefois, l'accepteur est tenu dans les termes de son acceptation.

ARTICLE 27.

Quand le tireur a indiqué dans la lettre de change un lieu de paiement autre que celui du domicile du tiré, sans désigner un tiers chez qui le paiement doit être effectué, le tiré peut l'indiquer lors de l'acceptation. A défaut de cette indication, l'accepteur est réputé s'être obligé à payer lui-même au lieu du paiement.

Si la lettre est payable au domicile du tiré, celui-ci peut, dans l'acceptation, indiquer une adresse du même lieu où le paiement doit être effectué.

ARTICLE 28.

Par l'acceptation le tiré s'oblige à payer la lettre de change à l'échéance.

A défaut de paiement, le porteur, même s'il est le tireur, a contre l'accepteur une action directe résultant de la lettre de change pour tout ce qui peut être exigé en vertu des articles 48 et 49.

ARTICLE 29.

Si le tiré qui a revêtu la lettre de change de son acceptation a biffé celle-ci avant la restitution de la lettre, l'acceptation est censée refusée. Saut preuve contraire, la radiation est réputée avoir été faite avant la restitution du titre.

Toutefois, si le tiré a fait connaître son acceptation par écrit au porteur ou à un signataire quelconque, il est tenu envers ceux-ci dans les termes de son acceptation.

CHAPITRE IV.

De l'aval.

ARTICLE 30.

Le paiement d'une lettre de change peut être garanti pour tout ou partie de son montant par un aval.

Every other modification introduced by an acceptance into the tenor of the bill of exchange operates as a refusal to accept. Nevertheless, the acceptor is bound according to the terms of his acceptance.

ARTICLE 27.

When the drawer of a bill has indicated a place of payment other than the domicile of the drawee without specifying a third party at whose address payment must be made, the drawee may name such third party at the time of acceptance. In default of this indication, the acceptor is deemed to have undertaken to pay the bill himself at the place of payment.

If a bill is payable at the domicile of the drawee, the latter may in his acceptance indicate an address in the same place where payment is to be made.

ARTICLE 28.

By accepting, the drawee undertakes to pay the bill of exchange at its maturity.

In default of payment, the holder, even if he is the drawer, has a direct action on the bill of exchange against the acceptor for all that can be demanded in accordance with Articles 48 and 49.

ARTICLE 29.

Where the drawee who has put his acceptance on a bill has cancelled it before restoring the bill, acceptance is deemed to be refused. Failing proof to the contrary, the cancellation is deemed to have taken place before the bill was restored.

Nevertheless, if the drawee has notified his acceptance in writing to the holder or to any party who has signed the bill, he is liable to such parties according to the terms of his acceptance.

CHAPTER IV.

«Avals».

ARTICLE 30.

Payment of a bill of exchange may be guaranteed by an «aval» as to the whole or part of its amount.

Qualquer outra modificação introduzida pelo aceite no enunciado da letra equivale a uma recusa de aceite. O aceitante fica, todavia, obrigado nos termos do seu aceite.

ARTIGO 27.º

Quando o sacador tiver indicado na letra um lugar de pagamento diverso do domicílio do sacado, sem designar um terceiro em cujo domicílio o pagamento se deva efectuar, o sacado pode designar no acto do aceite a pessoa que deve pagar a letra. Na falta desta indicação, considera-se que o aceitante se obriga, êle próprio, a efectuar o pagamento no lugar indicado na letra.

Se a letra é pagável no domicílio do sacado, êste pode, no acto do aceite, indicar, para ser efectuado o pagamento, um outro domicílio no mesmo lugar.

ARTIGO 28.º

O sacado obriga-se pelo aceite a pagar a letra à data do vencimento.

Na falta de pagamento, o portador, mesmo no caso de ser êle o sacador, tem contra o aceitante um direito de acção resultante da letra, em relação a tudo que pode ser exigido nos termos dos artigos 48.º e 49.º.

ARTIGO 29.º

Se o sacado, antes da restituïção da letra, riscar o aceite que tiver dado, tal aceite é considerado como recusado. Salvo prova em contrário, a anulação do aceite considera-se feita antes da réstituïção da letra.

Se, porém, o sacado tiver informado por escrito o portador ou qualquer outro signatário da letra de que a aceita, fica obrigado para com estes, nos termos do seu aceite.

CAPÍTULO IV

Do aval

ARTIGO 30.º

O pagamento de uma letra pode ser no todo ou em parte garantido por aval.

Cette garantie est fournie par un tiers ou même par un signataire de la lettre.

ARTICLE 31.

L'aval est donné sur la lettre de change ou sur une allonge.

Il est exprimé par les mots «bon pour aval» ou par toute autre formule équivalente; il est signé par le donneur d'aval.

Il est considéré comme résultant de la seule signature du donneur d'aval, apposée au recto de la lettre de change, sauf quand il s'agit de la signature du tiré ou de celle du tireur.

L'aval doit indiquer pour le compte de qui il est donné. A défaut de cette indication, il est réputé donné pour le tireur.

ARTICLE 32.

Le donneur d'aval est tenu de la même manière que celui dont il s'est porté garant.

Son engagement est valable, alors même que l'obligation qu'il a garantie serait nulle pour toute cause autre qu'un vice de forme.

Quand il paie la lettre de change, le donneur d'aval acquiert les droits résultant de la lettre de change contre le garanti et contre ceux qui sont tenus envers ce dernier en vertu de la lettre de change.

CHAPITRE V.

De l'échéance.

ARTICLE 33.

Une lettre de change peut être tirée:

à vue;
à un certain délai de vue;
à un certain délai de date;
à jour fixe.

Les lettres de change, soit à d'autres échéances, soit à échéances successives, sont nulles.

ARTICLE 34.

La lettre de change à vue est payable à sa présentation. Elle doit être présentée au paiement dans le délai d'un an à partir de sa date. Le

This guarantee may be given by a third person or even by a person who has signed as a party to the bill.

ARTICLE 31.

The «aval» is given either on the bill itself or on an «allonge».

It is expressed by the words «good as aval» (*«bon pour aval»*) or by any other equivalent formula. It is signed by the giver of the «aval».

It is deemed to be constituted by the mere signature of the giver of the «aval» placed on the face of the bill, except in the case of the signature of the drawee or of the drawer.

An «aval» must specify for whose account it is given. In default of this, it is deemed to be given for the drawer.

ARTICLE 32.

The giver of an «aval» is bound in the same manner as the person for whom he has become guarantor.

His undertaking is valid even when the liability which he has guaranteed is inoperative for any reason other than defect of form.

He has, when he pays a bill of exchange, the rights arising out of the bill of exchange against the person guaranteed and against those who are liable to the latter on the bill of exchange.

CHAPTER V.

Maturity.

ARTICLE 33.

A bill of exchange may be drawn payable:

At sight;
At a fixed period after sight;
At a fixed period after date;
At a fixed date.

Bills of exchange at other maturities or payable by instalments are null and void.

ARTICLE 34.

A bill of exchange at sight is payable on presentment. It must be presented for payment within a year of its date. The drawer may abridge or extend

Esta garantia é dada por um terceiro ou mesmo por um signatário da letra.

ARTIGO 31.º

O aval é escrito na própria letra ou numa fôlha anexa.

Exprime-se pelas palavras «bom para aval» ou por qualquer fórmula equivalente; é assinado pelo dador do aval.

O aval considera-se como resultando da simples assinatura do dador aposta na face anterior da letra, salvo se se trata das assinaturas do sacado ou do sacador.

O aval deve indicar a pessoa por quem se dá. Na falta de indicação, entender-se-á ser pelo sacador.

ARTIGO 32.º

O dador de aval é responsável da mesma maneira que a pessoa por êle afiançada.

A sua obrigação mantém-se, mesmo no caso de a obrigação que êle garantiu ser nula por qualquer razão que não seja um vício de forma.

Se o dador de aval paga a letra, fica sub-rogado nos direitos emergentes da letra contra a pessoa a favor de quem foi dado o aval e contra os obrigados para com esta em virtude da letra.

CAPÍTULO V

Do vencimento

ARTIGO 33.º

Uma letra pode ser sacada:

À vista;
A um certo têrmo de vista;
A um certo têrmo de data;
Pagável num dia fixado.

As letras, quer com vencimentos diferentes, quer com vencimentos sucessivos, são nulas.

ARTIGO 34.º

A letra à vista é pagável à apresentação. Deve ser apresentada a pagamento dentro do prazo de um ano, a contar da sua data. O sacador pode

tireur peut abréger ce délai ou en stipuler un plus long. Ces délais peuvent être abrégés par les endosseurs.

Le tireur peut prescrire qu'une lettre de change payable à vue ne doit pas être présentée au paiement avant un terme indiqué. Dans ce cas, le délai de présentation part de ce terme.

ARTICLE 35.

L'échéance d'une lettre de change à un certain délai de vue est déterminée, soit par la date de l'acceptation, soit par celle du protêt.

En l'absence du protêt, l'acceptation non datée est réputée, à l'égard de l'accepteur, avoir été donnée le dernier jour du délai prévu pour la présentation à l'acceptation.

ARTICLE 36.

L'échéance d'une lettre de change tirée à un ou plusieurs mois de date ou de vue a lieu à la date correspondante du mois où le paiement doit être effectué. A défaut de date correspondante, l'échéance a lieu le dernier jour de ce mois.

Quand une lettre de change est tirée à un ou plusieurs mois et demi de date ou de vue, on compte d'abord les mois entiers.

Si l'échéance est fixée au commencement, au milieu (mi-janvier, mi-février, etc.) ou à la fin du mois, on entend par ces termes le premier, le quinze ou le dernier jour du mois.

Les expressions «huit jours» ou «quinze jours» s'entendent, non d'une ou deux semaines, mais d'un délai de huit ou de quinze jours effectifs.

L'expression «demi-mois» indique un délai de quinze jours.

ARTICLE 37.

Quand une lettre de change est payable à jour fixe dans un lieu où le calendrier est différent de celui du lieu de l'émission, la date de l'échéance est considérée comme fixée d'après le calendrier du lieu de paiement.

this period. These periods may be abridged by the endorsers.

The drawer may prescribe that a bill of exchange payable at sight must not be presented for payment before a named date. In this case, the period for presentment begins from the said date.

ARTICLE 35.

The maturity of a bill of exchange payable at a fixed period after sight is determined either by the date of the acceptance or by the date of the protest.

In the absence of the protest, an undated acceptance is deemed, so far as regards the acceptor, to have been given on the last day of the limit of time for presentment for acceptance.

ARTICLE 36.

Where a bill of exchange is drawn at one or more months after date or after sight the bill matures on the corresponding date of the month when payment must be made. If there be no corresponding date, the bill matures on the last day of this month.

When a bill of exchange is drawn at one or more months and a-half after date or sight, entire months must first be calculated.

If the maturity is fixed at the commencement, in the middle (mid-January or mid-February, etc.) or at the end of the month, the first, fifteenth or last day of the month is to be understood.

The expressions «eight days» or «fifteen days» indicate not one or two weeks, but a period of eight or fifteen actual days.

The expression «half-month» means a period of fifteen days.

ARTICLE 37.

When a bill of exchange is payable on a fixed day in a place where the calendar is different from the calendar in the place of issue, the day of maturity is deemed to be fixed according to the calendar of the place of payment.

reduzir êste prazo ou estipular um outro mais longo. Estes prazos podem ser encurtados pelos endossantes.

O sacador pode estipular que uma letra pagável à vista não deverá ser apresentada a pagamento antes de uma certa data. Nesse caso, o prazo para a apresentação conta-se dessa data.

ARTIGO 35.º

O vencimento de uma letra a certo têrmo de vista determina-se, quer pela data do aceite, quer pela do protesto.

Na falta de protesto, o aceite não datado entende-se, no que respeita ao aceitante, como tendo sido dado no último dia do prazo para a apresentação ao aceite.

ARTIGO 36.º

O vencimento de uma letra sacada a um ou mais meses de data ou de vista será na data correspondente do mês em que o pagamento se deve efectuar. Na falta de data correspondente, o vencimento será no último dia dêsse mês.

Quando a letra é sacada a um ou mais meses e meio de data ou de vista, contam-se primeiro os meses inteiros.

Se o vencimento fôr fixado para o princípio, meado ou fim do mês, entende-se que a letra será vencível no primeiro, no dia quinze, ou no último dia dêsse mês.

As expressões «oito dias» ou «quinze dias» entendem-se não como uma ou duas semanas, mas como um prazo de oito ou quinze dias efectivos.

A expressão «meio mês» indica um prazo de quinze dias.

ARTIGO 37.º

Quando uma letra é pagável num dia fixo num lugar em que o calendário é diferente do do lugar de emissão, a data do vencimento é considerada como fixada segundo o calendário do lugar de pagamento.

Quand une lettre de change tirée entre deux places ayant des calendriers différents est payable à un certain délai de date, le jour de l'émission est ramené au jour correspondant du calendrier du lieu de paiement et l'échéance est fixée en conséquence.

Les délais de présentation des lettres de change sont calculés conformément aux règles de l'alinéa précédent.

Ces règles ne sont pas applicables si une clause de la lettre de change, ou même les simples énonciations du titre, indiquent que l'intention a été d'adopter des règles différentes.

CHAPITRE VI.

Du paiement.

ARTICLE 38.

Le porteur d'une lettre de change payable à jour fixe ou à un certain délai de date ou de vue doit présenter la lettre de change au paiement, soit le jour où elle est payable, soit l'un des deux jours ouvrables qui suivent.

La présentation d'une lettre de change à une Chambre de compensation équivaut à une présentation au paiement.

ARTICLE 39.

Le tiré peut exiger, en payant la lettre de change, qu'elle lui soit remise acquittée par le porteur.

Le porteur ne peut refuser un paiement partiel.

En cas de paiement partiel, le tiré peut exiger que mention de ce paiement soit faite sur la lettre et que quittance lui en soit donnée.

ARTICLE 40.

Le porteur d'une lettre de change ne peut être contraint d'en recevoir le paiement avant l'échéance.

Le tiré qui paie avant l'échéance le fait à ses risques et périls.

Celui qui paie à l'échéance est valablement libéré, à moins qu'il n'y ait de sa part une fraude ou une faute lourde. Il est obligé de vérifier la régularité de la suite des endossements mais non la signature des endosseurs.

When a bill of exchange drawn between two places having different calendars is payable at a fixed period after date, the day of issue is referred to the corresponding day of the calendar in the place of payment, and the maturity is fixed accordingly.

The time for presenting bills of exchange is calculated in accordance with the rules of the preceding paragraph.

These rules do not apply if a stipulation in the bill or even the simple terms of the instrument indicate an intention to adopt some different rule.

CHAPTER VI.

Payment.

ARTICLE 38.

The holder of a bill of exchange payable on a fixed day or at a fixed period after date or after sight must present the bill for payment either on the day on which it is payable or on one of the two business days which follow.

The presentment of a bill of exchange at a clearing-house is equivalent to a presentment for payment.

ARTICLE 39.

The drawee who pays a bill of exchange may require that it shall be given up to him receipted by the holder.

The holder may not refuse partial payment.

In case of partial payment the drawee may require that mention of this payment shall be made on the bill, and that a receipt therefor shall be given to him.

ARTICLE 40.

The holder of a bill of exchange cannot be compelled to receive payment thereof before maturity.

The drawee who pays before maturity does so at his own risk and peril.

He who pays at maturity is validly discharged, unless he has been guilty of fraud or gross negligence. He is bound to verify the regularity of the series of endorsements, but not the signature of the endorsers.

Quando uma letra sacada entre duas praças que têm calendários diferentes é pagável a certo têrmo de vista, o dia da emissão é referido ao dia correspondente do calendário do lugar de pagamento, para o efeito da determinação da data do vencimento.

Os prazos de apresentação das letras são calculados segundo as regras da alínea precedente.

Estas regras não se aplicam se uma cláusula da letra, ou até o simples enunciado do título, indicar que houve intenção de adoptar regras diferentes.

CAPÍTULO VI

Do pagamento

ARTIGO 38.º

O portador de uma letra pagável em dia fixo ou a certo têrmo de data ou de vista deve apresentá-la a pagamento no dia em que ela é pagável ou num dos dois dias úteis seguintes.

A apresentação da letra a uma câmara de compensação equivale a apresentação a pagamento.

ARTIGO 39.º

O sacado que paga uma letra pode exigir que ela lhe seja entregue com a respectiva quitação.

O portador não pode recusar qualquer pagamento parcial.

No caso de pagamento parcial, o sacado pode exigir que dêsse pagamento se faça menção na letra e que dêle lhe seja dada quitação.

ARTIGO 40.º

O portador de uma letra não pode ser obrigado a receber o pagamento dela antes do vencimento.

O sacado que paga uma letra antes do vencimento fá-lo sob sua responsabilidade.

Aquele que paga uma letra no vencimento fica vàlidamente desobrigado, salvo se da sua parte tiver havido fraude ou falta grave. É obrigado a verificar a regularidade da sucessão dos endossos, mas não a assinatura dos endossantes.

ARTICLE 41.

Lorsqu'une lettre de change est stipulée payable en une monnaie n'ayant pas cours au lieu du paiement, le montant peut en être payé dans la monnaie du pays, d'après sa valeur au jour de l'échéance. Si le débiteur est en retard, le porteur peut, à son choix, demander que le montant de la lettre de change soit payé dans la monnaie du pays d'après le cours, soit du jour de l'échéance, soit du jour du paiement.

Les usages du lieu du paiement servent à déterminer la valeur de la monnaie étrangère. Toutefois, le tireur peut stipuler que la somme à payer sera calculée d'après un cours déterminé dans la lettre.

Les règles ci-énoncées ne s'appliquent pas au cas où le tireur a stipulé que le paiement devra être fait dans une certaine monnaie indiquée (clause de paiement effectif en une monnaie étrangère).

Si le montant de la lettre de change est indiqué dans une monnaie ayant la même dénomination, mais une valeur différente dans le pays d'émission et dans celui du paiement, on est présumé s'être référé à la monnaie du lieu du paiement.

ARTICLE 42.

A défaut de présentation de la lettre de change au paiement dans le délai fixé par l'article 38, tout débiteur a la faculté d'en remettre le montant en dépôt à l'autorité compétente, aux frais, risques et périls du porteur.

CHAPITRE VII.

Des recours faute d'acceptation et faute de paiement.

ARTICLE 43.

Le porteur peut exercer ses recours contre les endosseurs, le tireur et les autres obligés:

A l'échéance:

Si le paiement n'a pas eu lieu;

Même avant l'échéance:

1° S'il y a eu refus, total ou partiel, d'acceptation;

ARTICLE 41.

When a bill of exchange is drawn payable in a currency which is not that of the place of payment, the sum payable may be paid in the currency of the country, according to its value on the date of maturity. If the debtor is in default, the holder may at his option demand that the amount of the bill be paid in the currency of the country according to the rate on the day of maturity or the day of payment.

The usages of the place of payment determine the value of foreign currency. Nevertheless, the drawer may stipulate that the sum payable shall be calculated according to a rate expressed in the bill.

The foregoing rules shall not apply to the case in which the drawer has stipulated that payment must be made in a certain specified currency (stipulation for effective payment in foreign currency).

If the amount of the bill of exchange is specified in a currency having the same denomination, but a different value in the country of issue and the country of payment, reference is deemed to be made to the currency of the place of payment.

ARTICLE 42.

When a bill of exchange is not presented for payment within the limit of time fixed by Article 38, every debtor is authorized to deposit the amount with the competent authority at the charge, risk and peril of the holder.

CHAPTER VII.

Recourse for Non-Acceptance or Non-Payment.

ARTICLE 43.

The holder may exercise his right of recourse against the endorsers, the drawer and the other parties liable:

At maturity:

If payment has not been made;

Even before maturity:

(1) If there has been total or partial refusal to accept;

ARTIGO 41.°

Se numa letra se estipular o pagamento em moeda que não tenha curso legal no lugar do pagamento, pode a sua importância ser paga na moeda do país, segundo o seu valor no dia do vencimento. Se o devedor está em atraso, o portador pode, à sua escolha, pedir que o pagamento da importância da letra seja feito na moeda do país ao câmbio do dia do vencimento ou ao câmbio do dia do pagamento.

A determinação do valor da moeda estrangeira será feita segundo os usos do lugar de pagamento. O sacador pode, todavia, estipular que a soma a pagar seja calculada segundo um câmbio fixado na letra.

As regras acima indicadas não se aplicam ao caso em que o sacador tenha estipulado que o pagamento deverá ser efectuado numa certa moeda especificada (cláusula de pagamento efectivo numa moeda estrangeira).

Se a importância da letra fôr indicada numa moeda que tenha a mesma denominação mas valor diferente no país de emissão e no de pagamento, presume-se que se fez referência à moeda do lugar de pagamento.

ARTIGO 42.°

Se a letra não fôr apresentada a pagamento dentro do prazo fixado no artigo 38.°, qualquer devedor tem a faculdade de depositar a sua importância junto da autoridade competente, à custa do portador e sob a responsabilidade dêste.

CAPÍTULO VII

Da acção por falta de aceite e falta de pagamento

ARTIGO 43.°

O portador de uma letra pode exercer os seus direitos de acção contra os endossantes, sacador e outros co-obrigados:

No vencimento:

Se o pagamento não foi efectuado.

Mesmo antes do vencimento:

1.° Se houve recusa total ou parcial de aceite;

2° Dans les cas de faillite du tiré, accepteur ou non, de cessation de ses paiements, même non constatée par un jugement, ou de saisie de ses biens demeurée infructueuse;

3° Dans les cas de faillite du tireur d'une lettre non acceptable.

ARTICLE 44.

Le refus d'acceptation ou de paiement doit être constaté par un acte authentique (protêt faute d'acceptation ou faute de paiement).

Le protêt faute d'acceptation doit être fait dans les délais fixés pour la présentation à l'acceptation. Si, dans le cas prévu par l'article 24, premier alinéa, la première présentation a eu lieu le dernier jour du délai, le protêt peut encore être dressé le lendemain.

Le protêt faute de paiement d'une lettre de change payable à jour fixe ou à un certain délai de date ou de vue doit être fait l'un des deux jours ouvrables qui suivent le jour où la lettre de change est payable. S'il s'agit d'une lettre payable à vue, le protêt doit être dressé dans les conditions indiquées à l'alinéa précédent pour dresser le protêt faute d'acceptation.

Le protêt faute d'acceptation dispense de la présentation au paiement et du protêt faute de paiement.

En cas de cessation de paiements du tiré, accepteur ou non, ou en cas de saisie de ses biens demeurée infructueuse, le porteur ne peut exercer ses recours qu'après présentation de la lettre au tiré pour le paiement et après confection d'un protêt.

En cas de faillite déclarée du tiré, accepteur ou non, ainsi qu'en cas de faillite déclarée du tireur d'une lettre non acceptable, la production du jugement déclaratif de la faillite suffit pour permettre au porteur d'exercer ses recours.

(2) In the event of the bankruptcy (*faillite*) of the drawee, whether he has accepted or not, or in the event of a stoppage of payment on his part, even when not declared by a judgment, or where execution has been levied against his goods without result;

(3) In the event of the bankruptcy (*faillite*) of the drawer of a non-acceptable bill.

ARTICLE 44.

Default of acceptance or of payment must be evidenced by an authentic act (protest for non-acceptance or non payment).

Protest for non-acceptance must be made within the limit of time fixed for presentment for acceptance. If, in the case contemplated by Article 24, paragraph 1, the first presentment takes place on the last day of that time, the protest may nevertheless be drawn up on the next day.

Protest for non-payment of a bill of exchange payable on a fixed day or at a fixed period after date or sight must be made on one of the two business days following the day on which the bill is payable. In the case of a bill payable at sight, the protest must be drawn up under the conditions specified in the foregoing paragraph for the drawing up of a protest for non-acceptance.

Protest for non-acceptance dispenses with presentment for payment and protest for non-payment.

If there is a stoppage of payment on the part of the drawee, whether he has accepted or not, or if execution has been levied against his goods without result, the holder cannot exercise his right of recourse until after presentment of the bill to the drawee for payment and after the protest has been drawn up.

If the drawee, whether he has accepted or not, is declared bankrupt (*faillite déclarée*), or in the event of the declared bankruptcy of the drawer of a non-acceptable bill, the production of the judgment declaring the bankruptcy suffices to enable the holder to exercise his right of recourse.

2.° Nos casos de falência do sacado, quer êle tenha aceite, quer não, de suspensão de pagamentos do mesmo, ainda que não constatada por sentença, ou de ter sido promovida, sem resultado, execução dos seus bens;

3.° Nos casos de falência do sacador de uma letra não aceitável.

ARTIGO 44.°

A recusa de aceite ou de pagamento deve ser comprovada por um acto formal (protesto por falta de aceite ou falta de pagamento).

O protesto por falta de aceite deve ser feito nos prazos fixados para a apresentação ao aceite. Se, no caso previsto na alínea 1.ª do artigo 24.°, a primeira apresentação da letra tiver sido feita no último dia do prazo, pode fazer-se ainda o protesto no dia seguinte.

O protesto por falta de pagamento de uma letra pagável em dia fixo ou a certo têrmo de data ou de vista deve ser feito num dos dois dias úteis seguintes àquele em que a letra é pagável. Se se trata de uma letra pagável à vista, o protesto deve ser feito nas condições indicadas na alínea precedente para o protesto por falta de aceite.

O protesto por falta de aceite dispensa a apresentação a pagamento e o protesto por falta de pagamento.

No caso de suspensão de pagamentos do sacado, quer seja aceitante, quer não, ou no caso de lhe ter sido promovida, sem resultado, execução dos bens, o portador da letra só pode exercer o seu direito de acção após apresentação da mesma ao sacado para pagamento e depois de feito o protesto.

No caso de falência declarada do sacado, quer seja aceitante, quer não, bem como no caso de falência declarada do sacador de uma letra não aceitável, a apresentação da sentença de declaração de falência é suficiente para que o portador da letra possa exercer o seu direito de acção.

ARTICLE 45.

Le porteur doit donner avis du défaut d'acceptation ou de paiement à son endosseur et au tireur dans les quatre jours ouvrables qui suivent le jour du protêt ou celui de la présentation en cas de clause de retour sans frais. Chaque endosseur doit, dans les deux jours ouvrables qui suivent le jour où il a reçu l'avis, faire connaître à son endosseur l'avis qu'il a reçu, en indiquant les noms et les adresses de ceux qui ont donné les avis précédents, et ainsi de suite, en remontant jusqu'au tireur. Les délais ci-dessus indiqués courent de la réception de l'avis précédent.

Lorsqu'en conformité de l'alinéa précédent un avis est donné à un signataire de la lettre de change, le même avis doit être donné dans le même délai à son avaliseur.

Dans le cas où un endosseur n'a pas indiqué son adresse ou l'a indiquée d'une façon illisible, il suffit que l'avis soit donné à l'endosseur qui le précède.

Celui qui a un avis à donner peut le faire sous une forme quelconque, même par un simple renvoi de la lettre de change.

Il doit prouver qu'il a donné l'avis dans le délai imparti. Ce délai sera considéré comme observé si une lettre missive donnant l'avis a été mise à la poste dans ledit délai.

Celui qui ne donne pas l'avis dans le délai ci-dessus indiqué n'encourt pas de déchéance; il est responsable, s'il y a lieu, du préjudice causé par sa négligence, sans que les dommages-intérêts puissent dépasser le montant de la lettre de change.

ARTICLE 46.

Le tireur, un endosseur ou un avaliseur peut, par la clause «retour sans frais», «sans protêt», ou toute autre clause équivalente, inscrite sur le titre et signée, dispenser le porteur de faire dresser, pour exercer ses recours, un protêt faute

ARTICLE 45.

The holder must give notice of non-acceptance or non-payment to his endorser and to the drawer within the four business days which follow the day for protest or, in case of a stipulation «*retour sans frais*», the day for presentment. Every endorser must, within the two business days following the day on which he receives notice, notify his endorser of the notice he has received, mentioning the names and addresses of those who have given the previous notices, and so on through the series until the drawer is reached. The periods mentioned above run from the receipt of the preceding notice.

When, in conformity with the preceding paragraph, notice is given to a person who has signed a bill of exchange, the same notice must be given within the same limit of time to his *avaliseur*.

Where an endorser either has not specified his address or has specified it in an illegible manner, it is sufficient that notice should be given to the preceding endorser.

A person who must give notice may give it in any form whatever, even by simply returning the bill of exchange.

He must prove that he has given notice within the time allowed. This time-limit shall be regarded as having been observed if a letter giving the notice has been posted within the prescribed time.

A person who does not give notice within the limit of time mentioned above does not forfeit his rights. He is responsible for the injury, if any, caused by his negligence, but the damages shall not exceed the amount of the bill of exchange.

ARTICLE 46.

The drawer, an endorser, or a person guaranteeing payment by *aval* (*avaliseur*) may, by the stipulation «*retour sans frais*», «*sans protêt*», ar any other equivalent expression written on the instrument and signed, release the holder from

ARTIGO 45.º

O portador deve avisar da falta de aceite ou de pagamento o seu endossante e o sacador dentro dos quatro dias úteis que se seguirem ao dia do protesto ou da apresentação, no caso de a letra conter a cláusula «sem despesas». Cada um dos endossantes deve, por sua vez, dentro dos dois dias úteis que se seguirem ao da recepção do aviso, informar o seu endossante do aviso que recebeu, indicando os nomes e endereços dos que enviaram os avisos precedentes, e assim sucessivamente até se chegar ao sacador. Os prazos acima indicados contam-se a partir da recepção do aviso precedente.

Quando, em conformidade com o disposto na alínea anterior, se avisou um signatário da letra, deve avisar-se também o seu avalista dentro do mesmo prazo de tempo.

No caso de um endossante não ter indicado o seu endereço, ou de o ter feito de maneira ilegível, basta que o aviso seja enviado ao endossante que o precede.

A pessoa que tenha de enviar um aviso pode fazê-lo por qualquer forma, mesmo pela simples devolução da letra.

Essa pessoa deverá provar que o aviso foi enviado dentro do prazo prescrito. O prazo considerar-se-á como tendo sido observado desde que a carta contendo o aviso tenha sido posta no correio dentro dêle.

A pessoa que não der o aviso dentro do prazo acima indicado não perde os seus direitos; será responsável pelo prejuízo, se o houver, motivado pela sua negligência, sem que a responsabilidade possa exceder a importância da letra.

ARTIGO 46.º

O sacador, um endossante ou um avalista pode, pela cláusula «sem despesas», «sem protesto», ou outra cláusula equivalente, dispensar o portador de fazer um protesto por falta de aceite ou falta de pagamento, para poder

d'acceptation ou faute de paiement.

Cette clause ne dispense pas le porteur de la présentation de la lettre de change dans les délais prescrits ni des avis à donner. La preuve de l'inobservation des délais incombe à celui qui s'en prévaut contre le porteur.

Si la clause est inscrite par le tireur, elle produit ses effets à l'égard de tous les signataires; si elle est inscrite par un endosseur ou un avaliseur, elle produit ses effets seulement à l'égard de celui-ci. Si, malgré la clause inscrite par le tireur, le porteur fait dresser le protêt, les frais en restent à sa charge. Quand la clause émane d'un endosseur ou d'un avaliseur, les frais du protêt, s'il en est dressé un, peuvent être recouvrés contre tous les signataires.

ARTICLE 47.

Tous ceux qui ont tiré, accepté, endossé ou avalisé une lettre de change sont tenus solidairement envers le porteur.

Le porteur a le droit d'agir contre toutes ces personnes, individuellement ou collectivement, sans être astreint à observer l'ordre dans lequel elles se sont obligées.

Le même droit appartient à tout signataire d'une lettre de change qui a remboursé celle-ci.

L'action intentée contre un des obligés n'empêche pas d'agir contre les autres, même postérieurs à celui qui a été d'abord poursuivi.

ARTICLE 48.

Le porteur peut réclamer à celui contre lequel il exerce son recours:

1° le montant de la lettre de change non acceptée ou non payée avec les intérêts, s'il en a été stipulé;

2° les intérêts au taux de 6 pour cent à partir de l'échéance;

having a protest of non-acceptance or non-payment drawn up in order to exercise his right of recourse.

This stipulation does not release the holder from presenting the bill within the prescribed time, nor from the notices he has to give. The burden of proving the non-observance of the limits of time lies on the person who seeks to set it up against the holder.

If the stipulation is written by the drawer, it is operative in respect of all persons who have signed the bill; if it is written by an endorser or an *avaliseur*, it is operative only in respect of such endorser or *avaliseur*. If, in spite of the stipulation written by the drawer, the holder has the protest drawn up, he must bear the expenses thereof. When the stipulation emanates from an endorser or *avaliseur*, the costs of the protest, if one is drawn up, may be recovered from all the persons who have signed the bill.

ARTICLE 47.

All drawers, acceptors, endorsers or guarantors by *aval* of a bill of exchange are jointly and severally liable to the holder.

The holder has the right of proceeding against all these persons individually or collectively without being required to observe the order in which they have become bound.

The same right is possessed by any person signing the bill who has taken it up and paid it.

Proceedings against one of the parties liable do not prevent proceedings against the others, even though they may be subsequent to the party first proceeded against.

ARTICLE 48.

The holder may recover from the person against whom he exercises his right of recourse:

(1) The amount of the unaccepted or unpaid bill of exchange with interest, if interest has been stipulated for;

(2) Interest at the rate of 6 per cent from the date of maturity;

exercer os seus direitos de acção.

Essa cláusula não dispensa o portador da apresentação da letra dentro do prazo prescrito nem tampouco dos avisos a dar. A prova da inobservância do prazo incumbe àquele que dela se prevaleça contra o portador.

Se a cláusula foi escrita pelo sacador produz os seus efeitos em relação a todos os signatários da letra; se fôr inserida por um endossante ou por um avalista, só produz efeito em relação a êsse endossante ou avalista. Se, apesar da cláusula escrita pelo sacador, o portador faz o protesto, as respectivas despesas serão de conta dêle. Quando a cláusula emanar de um endossante ou de um avalista, as despesas do protesto, se fôr feito, podem ser cobradas de todos os signatários da letra.

ARTIGO 47.°

Os sacadores, aceitantes, endossantes ou avalistas de uma letra são todos solidàriamente responsáveis para com o portador.

O portador tem o direito de accionar todas estas pessoas, individualmente ou colectivamente, sem estar adstrito a observar a ordem por que elas se obrigaram.

O mesmo direito possue qualquer dos signatários de uma letra quando a tenha pago.

A acção intentada contra um dos co-obrigados não impede de accionar os outros, mesmo os posteriores àquele que foi accionado em primeiro lugar.

ARTIGO 48.°

O portador pode reclamar daquele contra quem exerce o seu direito de acção:

1.° O pagamento da letra não aceite ou não paga, com juros se assim foi estipulado;

2.° Os juros à taxa de 6 por cento desde a data do vencimento;

3° les frais du protêt, ceux des avis donnés, ainsi que les autres frais.

Si le recours est exercé avant l'échéance, déduction sera faite d'un escompte sur le montant de la lettre. Cet escompte sera calculé, d'après le taux de l'escompte officiel (taux de la Banque), tel qu'il existe à la date du recours au lieu du domicile du porteur.

ARTICLE 49.

Celui qui a remboursé la lettre de change peut réclamer à ses garants:

1° la somme intégrale qu'il a payée;

2° les intérêts de ladite somme, calculés au taux de six pour cent, à partir du jour où il l'a déboursée;

3° les frais qu'il a faits.

ARTICLE 50.

Tout obligé contre lequel un recours est exercé ou qui est exposé à un recours peut exiger, contre remboursement, la remise de la lettre de change avec le protêt et un compte acquitté.

Tout endosseur qui a remboursé la lettre de change peut biffer son endossement et ceux des endosseurs subséquents.

ARTICLE 51.

En cas d'exercice d'un recours après une acceptation partielle, celui qui rembourse la somme pour laquelle la lettre n'a pas été acceptée peut exiger que ce remboursement soit mentionné sur la lettre et qu'il lui en soit donnée quittance. Le porteur doit, en outre, lui remettre une copie certifiée conforme de la lettre et le protêt pour permettre l'exercice des recours ultérieurs.

ARTICLE 52.

Toute personne ayant le droit d'exercer un recours peut, sauf stipulation contraire, se rembourser au moyen d'une nouvelle lettre (retraite) tirée à vue sur l'un de ses garants et payable au domicile de celui-ci.

(3) The expenses of protest and of the notices given as well as other expenses.

If the right of recourse is exercised before maturity, the amount of the bill shall be subject to a discount. This discount shall be calculated according to the oficial rate of discount (bank-rate) ruling on the date when recourse is exercised at the place of domicile of the holder.

ARTICLE 49.

A party who takes up and pays a bill of exchange can recover from the parties liable to him:

(1) The entire sum which he has paid;

(2) Interest on the said sum calculated at the rate of 6 per cent, starting from the day when he made payment;

(3) Any expenses which he has incurred.

ARTICLE 50.

Every party liable against whom a right of recourse is or may be exercised, can require, against payment, that the bill shall be given up to him with the protest an a receipted account.

Every endorser who has taken up and paid a bill of exchange may cancel his own endorsement and those of subsequent endorsers.

ARTICLE 51.

In the case of the exercise of the right of recourse after a partial acceptance, the party who pays the sum in respect of which the bill has not been accepted can require that this payment shall be specified on the bill and that he shall be given a receipt therefor. The holder must also give him a certified copy of the bill, together with the protest, in order to enable subsequent recourse to be exercised.

ARTICLE 52.

Every person having the right of recourse may, in the absence of agreement to the contrary, reimburse himself by means of a fresh bill (redraft) to be drawn at sight on one of the parties liable to him and payable at the domicile of that party.

3.° As despesas do protesto, as dos avisos dados e as outras despesas.

Se a acção fôr interposta antes do vencimento da letra, a sua importância será reduzida de um desconto. Êsse desconto será calculado de acôrdo com a taxa oficial de desconto (taxa do Banco) em vigor no lugar do domicílio do portador à data da acção.

ARTIGO 49.°

A pessoa que pagou uma letra pode reclamar dos seus garantes:

1.° A soma integral que pagou;

2.° Os juros da dita soma, calculados à taxa de 6 por cento, desde a data em que a pagou;

3.° As despesas que tiver feito.

ARTIGO 50.°

Qualquer dos co-obrigados, contra o qual se intentou ou pode ser intentada uma acção, pode exigir, desde que pague a letra, que ela lhe seja entregue com o protesto e um recibo.

Qualquer dos endossantes que tenha pago uma letra pode riscar o seu endôsso e os dos endossantes subseqüentes.

ARTIGO 51.°

No caso de acção intentada depois de um aceite parcial, a pessoa que pagar a importância pela qual a letra não foi aceite pode exigir que êsse pagamento seja mencionado na letra e que dêle lhe seja dada quitação. O portador deve, além disso, entregar a essa pessoa uma cópia autêntica da letra e o protesto, de maneira a permitir o exercício de ulteriores direitos de acção.

ARTIGO 52.°

Qualquer pessoa que gozo do direito de acção pode, salvo estipulação em contrário, embolsar-se por meio de uma nova letra (ressaque) à vista, sacada sôbre um dos co-obrigados e pagável no domicílio dêste.

La retraite comprend, outre les sommes indiquées dans les articles 48 et 49, un droit de courtage et le droit de timbre de la retraite.

Si la retraite est tirée par le porteur, le montant en est fixé d'après le cours d'une lettre de change à vue, tirée du lieu où la lettre primitive était payable sur le lieu du domicile du garant. Si la retraite est tirée par un endosseur, le montant en est fixé d'après le cours d'une lettre à vue tirée du lieu où le tireur de la retraite a son domicile sur le lieu du domicile du garant.

ARTICLE 53.

Après l'expiration des délais fixés:

pour la présentation d'une lettre de change à vue ou à un certain délai de vue;

pour la confection du protêt faute d'acceptation ou faute de paiement;

pour la présentation au paiement en cas de clause de retour sans frais;

le porteur est déchu de ses droits contre les endosseurs, contre le tireur et contre les autres obligés, à l'exception de l'accepteur.

A défaut de présentation à l'acceptation dans le délai stipulé par le tireur, le porteur est déchu de ses droits de recours, tant pour défaut de paiement que pour défaut d'acceptation, à moins qu'il ne résulte des termes de la stipulation que le tireur n'a entendu s'exonérer que de la garantie de l'acceptation.

Si la stipulation d'un délai pour la présentation est contenue dans un endossement, l'endosseur, seul, peut s'en prévaloir.

ARTICLE 54.

Quand la présentation de la lettre de change ou la confection du protêt dans les délais prescrits est empêchée par un obstacle insurmontable (prescription légale d'un Etat

The redraft includes, in addition to the sums mentioned in Articles 48 and 49, brokerage and the cost of stamping the redraft.

If the redraft is drawn by the holder, the sum payable is fixed according to the rate for a sight bill drawn at the place where the original bill was payable upon the party liable at the place of his domicile. If the redraft is drawn by an endorser, the sum payable is fixed according to the rate for a sight bill drawn at the place where the drawer of the redraft is domiciled upon the place of domicile of the party liable.

ARTICLE 53.

After the expiration of the limits of time fixed:

For the presentment of a bill of exchange drawn at sight or at a fixed period after sight;

For drawing up the protest for non-acceptance or non-payment;

For presentment for payment in the case of a stipulation *retour sans frais;*

the holder loses his rights of recourse against the endorsers, against the drawer and against the other parties liable, with the exception of the acceptor.

In default of presentment for acceptance within the limit of time stipulated by the drawer, the holder loses his right of recourse for non-payment, as well as for non-acceptance, unless it appears from the terms of the stipulation that the drawer only meant to release himself from the guarantee of acceptance.

If the stipulation for a limit of time for presentment is contained in an endorsement, the endorser alone can avail himself of it.

ARTICLE 54.

Should the presentment of the bill of exchange or the drawing up of protest within the prescribed limits of time be prevented by an insurmountable obstacle (legal pro-

O ressaque inclue, além das importâncias indicadas nos artigos 48.º e 49.º, um direito de corretagem e a importância do sêlo do ressaque.

Se o ressaque é sacado pelo portador, a sua importância é fixada segundo a taxa para uma letra à vista, sacada do lugar onde a primitiva letra era pagável sôbre o lugar do domicílio do co-obrigado. Se o ressaque é sacado por um endossante, a sua importância é fixada segundo a taxa para uma letra à vista, sacada do lugar onde o sacador do ressaque tem o seu domicílio sôbre o lugar do domicílio do co-obrigado.

ARTIGO 53.º

Depois de expirados os prazos fixados:

para a apresentação de uma letra à vista ou a certo têrmo de vista;

para se fazer o protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento;

para a apresentação a pagamento no caso da cláusula «sem despesas»;

o portador perdeu os seus direitos de acção contra os endossantes, contra o sacador e contra os outros co-obrigados, à excepção do aceitante.

Na falta de apresentação ao aceite no prazo estipulado pelo sacador, o portador perdeu os seus direitos de acção, tanto por falta de pagamento como por falta de aceite, a não ser que dos termos da estipulação se conclua que o sacador apenas teve em vista exonerar-se da garantia do aceite.

Se a estipulação de um prazo para a apresentação constar de um endôsso, sòmente aproveita ao respectivo endossante.

ARTIGO 54.º

Quando a apresentação da letra ou o seu protesto não puder fazer-se dentro dos prazos indicados por motivo insuperável (prescrição legal declarada por um Estado qual-

quelconque ou autre cas de force majeure), ces délais sont prolongés.

Le porteur est tenu de donner, sans retard, avis du cas de force majeure à son endosseur et de mentionner cet avis, daté et signé de lui, sur la lettre de change ou sur une allonge: pour le surplus, les dispositions de l'article 45 sont applicables.

Après la cessation de la force majeure, le porteur doit, sans retard, présenter la lettre à l'acceptation ou au paiement et, s'il y a lieu, faire dresser le protêt.

Si la force majeure persiste au delà de trente jours à partir de l'échéance, les recours peuvent être exercés, sans que ni la présentation ni la confection d'un protêt soit nécessaire.

Pour les lettres de change à vue ou à un certain délai de vue, le délai de trente jours court de la date à laquelle le porteur a, même avant l'expiration des délais de présentation, donné avis de la force majeure à son endosseur; pour les lettres de change à un certain délai de vue, le délai de trente jours s'augmente du délai de vue indiqué dans la lettre de change.

Ne sont point considérés comme constituant des cas de force majeure les faits purement personnels au porteur ou à celui qu'il a chargé de la présentation de la lettre ou de la confection du protêt.

CHAPITRE VIII.

De l'Intervention.

1. Dispositions générales.

ARTICLE 55.

Le tireur, un endosseur ou un avaliseur peut indiquer une personne pour accepter ou payer au besoin.

La lettre de change peut être, sous les conditions déterminées ci-après, acceptée ou payée par une personne intervenant pour un débiteur quelconque exposé au recours.

hibition (*prescription légale*) by any State or other case of *vis major*), these limits of time shall be extended.

The holder is bound to give notice without delay of the case of *vis major* to his endorser and to specify this notice, which he must date and sign, on the bill or on an *allonge;* in other respects the provisions of Article 45 shall apply.

When *vis major* has terminated, the holder must without delay present the bill of exchange for acceptance or payment and, if need be, draw up the protest.

If *vis major* continues to operate beyond thirty days after maturity, recourse may be exercised, and neither presentment nor the drawing up of a protest shall be necessary.

In the case of bills of exchange drawn at sight or at a fixed period after sight, the time-limit of thirty days shall run from the date on which the holder, even before the expiration of the time for presentment, has given notice of *vis major* to his endorser. In the case of bills of exchange drawn at a certain time after sight, the above time-limit of thirty days shall be added to the period after sight specified in the bill of exchange.

Facts which are purely personal to the holder or to the person whom he has entrusted with the presentment of the bill or drawing up of the protest are not deemed to constitute cases of *vis major*.

CHAPTER VIII.

Intervention for Honour.

1. General Provisions.

ARTICLE 55.

The drawer, an endorser, or a person giving an *aval* may specify a person who is to accept or pay in case of need.

A bill of exchange may, subject as hereinafter mentioned, be accepted or paid by a person who intervenes for the honour of any debtor against whom a right of recourse exists.

quer ou outro caso de fôrça maior), êsses prazos serão prorrogados.

O portador deverá avisar imediatamente o seu endossante do caso de fôrça maior e fazer menção dêsse aviso, datada e assinada, na letra ou numa fôlha anexa; para o demais são aplicáveis as disposições do artigo 45.º

Desde que tenha cessado o caso de fôrça maior, o portador deve apresentar sem demora a letra ao aceite ou a pagamento, e, caso haja motivo para tal, fazer o protesto.

Se o caso de fôrça maior se prolongar além de trinta dias a contar da data do vencimento, podem promover-se acções sem que haja necessidade de apresentação ou protesto.

Para as letras à vista ou a certo têrmo de vista, o prazo de trinta dias conta-se da data em que o portador, mesmo antes de expirado o prazo para a apresentação, deu o aviso do caso de fôrça maior ao seu endossante; para as letras a certo têrmo de vista, o prazo de trinta dias fica acrescido do prazo de vista indicado na letra.

Não são considerados casos de fôrça maior os factos que sejam de interêsse puramente pessoal do portador ou da pessoa por êle encarregada da apresentação da letra ou de fazer o protesto.

CAPÍTULO VIII

Da Intervenção

1.—Disposições gerais

ARTIGO 55.º

O sacador, um endossante ou um avalista podem indicar uma pessoa para em caso de necessidade aceitar ou pagar.

A letra pode, nas condições a seguir indicadas, ser aceita ou paga por uma pessoa intervindo por um devedor qualquer contra quem existe direito de acção.

L'intervenant peut être un tiers, même le tiré, ou une personne déjà obligée en vertu de la lettre de change, sauf l'accepteur.

L'intervenant est tenu de donner, dans un délai de deux jours ouvrables, avis de son intervention à celui pour qui il est intervenu. En cas d'inobservation de ce délai, il est responsable, s'il y a lieu, du préjudice causé par sa négligence, sans que les dommages-intérêts puissent dépasser le montant de la lettre de change.

2. Acceptation par intervention.

ARTICLE 56.

L'acceptation par intervention peut avoir lieu dans tous les cas où des recours sont ouverts, avant l'échéance, au porteur d'une lettre de change acceptable.

Lorsqu'il a été indiqué sur la lettre de change une personne pour l'accepter ou la payer au besoin au lieu du paiement, le porteur ne peut exercer avant l'échéance ses droits de recours contre celui qui a apposé l'indication et contre les signataires subséquents à moins qu'il n'ait présenté la lettre de change à la personne désignée et que, celle-ci ayant refusé l'acceptation, ce refus n'ait été constaté par un protêt.

Dans les autres cas d'intervention, le porteur peut refuser l'acceptation par intervention. Toutefois s'il l'admet, il perd les recours qui lui appartiennent avant l'échéance contre celui pour qui l'acceptation a été donnée et contre les signataires subséquents.

ARTICLE 57.

L'acceptation par intervention est mentionnée sur la lettre de change; elle est signée par l'intervenant. Elle indique pour le compte de qui elle a lieu; à défaut de cette indication, l'acceptation est réputée donnée pour le tireur.

ARTICLE 58.

L'accepteur par intervention est obligé envers le porteur et

The person intervening may be a third party, even the drawee, or, save the acceptor, a party already liable on the bill of exchange.

The person intervening is bound to give, within two business days, notice of his intervention to the party for whose honour he has intervened. In default, he is responsible for the injury, if any, due to his negligence, but the damages shall not exceed the amount of the bill of exchange.

2. Acceptance by Intervention (for Honour).

ARTICLE 56.

There may be acceptance by intervention in all cases where the holder has a right of recourse before maturity on a bill which is capable of acceptance.

When the bill of exchange indicates a person who is designated to accept or pay it in case of need at the place of payment, the holder may not exercise his rights of recourse before maturity against the person naming such referee in case of need and against subsequent signatories, unless he has presented the bill of exchange to the referee in case of need and until, if acceptance is refused by the latter, this refusal has been authenticated by a protest.

In other cases of intervention the holder may refuse an acceptance by intervention. Nevertheless, if he allows it, he loses his right of recourse before maturity against the person on whose behalf such acceptance was given and against subsequent signatories.

ARTICLE 57.

Acceptance by intervention is specified on the bill of exchange. It is signed by the person intervening. It mentions the person for whose honour it has been given and, in default of such mention, the acceptance is deemed to have been given for the honour of the drawer.

ARTICLE 58.

The acceptor by intervention is liable to the holder and to

O interveniente pode ser um terceiro, ou mesmo o sacado, ou uma pessoa já obrigada em virtude da letra, excepto o aceitante.

O interveniente é obrigado a participar, no prazo de dois dias úteis, a sua intervenção à pessoa por quem interveio. Em caso de inobservância dêste prazo, o interveniente é responsável pelo prejuízo, se o houver, resultante da sua negligência, sem que as perdas e danos possam exceder a importância da letra.

2.—Aceite por intervenção

ARTIGO 56.º

O aceite por intervenção pode realizar-se em todos os casos em que o portador de uma letra aceitável tem direito de acção antes do vencimento.

Quando na letra se indica uma pessoa para em caso de necessidade a aceitar ou a pagar no lugar do pagamento, o portador não pode exercer o seu direito de acção antes do vencimento contra aquele que indicou essa pessoa e contra os signatários subseqüentes a não ser que tenha apresentado a letra à pessoa designada e que, tendo esta recusado o aceite, se tenha feito o protesto.

Nos outros casos de intervenção, o portador pode recusar o aceite por intervenção. Se, porém, o admitir, perde o direito de acção antes do vencimento contra aquele por quem a aceitação foi dada e contra os signatários subseqüentes.

ARTIGO 57.º

O aceite por intervenção será mencionado na letra e assinado pelo interveniente. Deverá indicar por honra de quem se fez a intervenção; na falta desta indicação, presume-se que interveio pelo sacador.

ARTIGO 58.º

O aceitante por intervenção fica obrigado para com o por-

envers les endosseurs postérieurs à celui pour le compte duquel il est intervenu, de la même manière que celui-ci.

Malgré l'acceptation par intervention, celui pour lequel elle a été faite et ses garants peuvent exiger du porteur, contre remboursement de la somme indiquée à l'article 48, la remise de la lettre de change, du protêt et d'un compte acquitté, s'il y a lieu.

3. Paiement par intervention.

ARTICLE 59.

Le paiement par intervention peut avoir lieu dans tous les cas où, soit à l'échéance, soit avant l'échéance, des recours sont ouverts au porteur.

Le paiement doit comprendre toute la somme qu'aurait à acquitter celui pour lequel il a lieu.

Il doit être fait au plus tard le lendemain du dernier jour admis pour la confection du protêt faute de paiement.

ARTICLE 60.

Si la lettre de change a été acceptée par des intervenants ayant leur domicile au lieu du paiement, ou si des personnes ayant leur domicile dans ce même lieu ont été indiquées pour payer au besoin, le porteur doit présenter la lettre à toutes ces personnes et faire dresser, s'il y a lieu, un protêt faute de paiement au plus tard le lendemain du dernier jour admis pour la confection du protêt.

A défaut de protêt dans ce délai, celui qui a indiqué le besoin ou pour le compte de qui la lettre a été acceptée et les endosseurs postérieurs cessent d'être obligés.

ARTICLE 61.

Le porteur qui refuse le paiement par intervention perd ses recours contre ceux qui auraient été libérés.

the endorsers, subsequent to the party for whose honour he intervened, in the same manner as such party.

Notwithstanding an acceptance by intervention, the party for whose honour it has been given and the parties liable to him may require the holder, in exchange for payment of the sum mentioned in Article 48, to deliver the bill, the protest, and a receipted account, if any.

3. Payment by Intervention.

ARTICLE 59.

Payment by intervention may take place in all cases where, either at maturity or before maturity, the holder has a right of recourse on the bill.

Payment must include the whole amount payable by the party for whose honour it is made.

It must be made at the latest on the day following the last day allowed for drawing up the protest for non-payment.

ARTICLE 60.

If a bill of exchange has been accepted by persons intervening who are domiciled in the place of payment, or if persons domiciled there have been named as referees in case of need, the holder must present the bill to all these persons and, if necessary, have a protest for non-payment drawn up at the latest on the day following the last day allowed for drawing up the protest.

In default of protest within this limit of time, the party who has named the referee in case of need, or for whose account the bill has been accepted, and the subsequent endorsers, are discharged.

ARTICLE 61.

The holder who refuses payment by intervention loses his right of recourse against any persons who would have been discharged thereby.

tador e para com os endossantes posteriores àquele por honra de quem interveio da mesma forma que êste.

Não obstante o aceite por intervenção, aquele por honra de quem êle foi feito e os seus garantes podem exigir do portador, contra o pagamento da importância indicada no artigo 48.º, a entrega da letra, do instrumento do protesto e, havendo lugar, de uma conta com a respectiva quitação.

3.—Pagamento por intervenção

ARTIGO 59.º

O pagamento por intervenção pode realizar-se em todos os casos em que o portador de uma letra tem direito de acção à data do vencimento ou antes dessa data.

O pagamento deve abranger a totalidade da importância que teria a pagar aquele por honra de quem a intervenção se realizou.

O pagamento deve ser feito o mais tardar no dia seguinte ao último em que é permitido fazer o protesto por falta de pagamento.

ARTIGO 60.º

Se a letra foi aceita por intervenientes tendo o seu domicílio no lugar do pagamento, ou se foram indicadas pessoas tendo o seu domicílio no mesmo lugar para, em caso de necessidade, pagarem a letra, o portador deve apresentá-la a todas essas pessoas e, se houver lugar, fazer o protesto por falta de pagamento o mais tardar no dia seguinte ao último em que era permitido fazer o protesto.

Na falta de protesto dentro dêste prazo, aquele que tiver indicado pessoas para pagarem em caso de necessidade, ou por conta de quem a letra tiver sido aceita, bem como os endossantes posteriores, ficam desonerados.

ARTIGO 61.º

O portador que recusar o pagamento por intervenção perde o seu direito de acção contra aqueles que teriam ficado desonerados.

ARTICLE 62.

Le paiement par intervention doit être constaté par un acquit donné sur la lettre de change avec indication de celui pour qui il est fait. A défaut de cette indication, le paiement est considéré comme fait pour le tireur.

La lettre de change et le protêt, s'il en a été dressé un, doivent être remis au payeur par l'intervention.

ARTICLE 63.

Le payeur par intervention acquiert les droits résultant de la lettre de change contre celui pour lequel il a payé et contre ceux qui sont tenus vis-à-vis de ce dernier en vertu de la lettre de change. Toutefois, il ne peut endosser la lettre de changé à nouveau.

Les endosseurs postérieurs au signataire pour qui le paiement a eu lieu sont libérés.

En cas de concurrence pour le paiement par intervention, celui qui opère le plus de libération est préféré. Celui qui intervient, en connaissance de cause, contrairement à cette règle, perd ses recours contre ceux qui auraient été libérés.

CHAPITRE IX.

De la pluralité d'exemplaires et des copies.

1. Pluralité d'exemplaires.

ARTICLE 64.

La lettre de change peut être tirée en plusieurs exemplaires identiques.

Ces exemplaires doivent être numérotés dans le texte même du titre ; faute de quoi, chacun d'eux est considéré comme une lettre de change distincte.

Tout porteur d'une lettre n'indiquant pas qu'elle a été tirée en un exemplaire unique peut exiger à ses frais la délivrance de plusieurs exemplaires. A cet effet, il doit s'adresser à son endosseur immédiat,

ARTICLE 62.

Payment by intervention must be authenticated by a receipt given on the bill of exchange mentioning the person for whose honour payment has been made. In default of such mention, payment is deemed to have been made for the honour of the drawer.

The bill of exchange and the protest, if any, must be given up to the person paying by intervention.

ARTICLE 63.

The person paying by intervention acquires the rights arising out of the bill of exchange against the party for whose honour he has paid and against persons who are liable to the latter on the bill of exchange. Nevertheless, he cannot re-endorse the bill of exchange.

Endorsers subsequent to the party for whose honour payment has been made are discharged.

In case of competition for payment by intervention, the payment which effects the greater number of releases has the preference. Any person who, with a knowledge of the facts, intervenes in a manner contrary to this rule, loses his right of recourse against those who would have been discharged.

CHAPTER IX.

Parts of a Set, and Copies.

I. Parts of a Set.

ARTICLE 64.

A bill of exchange can be drawn in a set of two or more identical parts.

These parts must be numbered in the body of the instrument itself; in default, each part is considered as a separate bill of exchange.

Every holder of a bill which does not specify that it has been drawn as a sole bill may, at his own expense, require the delivery of two or more parts. For this purpose he must apply to his immediate

ARTIGO 62.º

O pagamento por intervenção deve ficar constatado por um recibo passado na letra, contendo a indicação da pessoa por honra de quem foi feito. Na falta desta indicação presume-se que o pagamento foi feito por honra do sacador.

A letra e o instrumento do protesto, se o houve, devem ser entregues à pessoa que pagou por intervenção.

ARTIGO 63.º

O que paga por intervenção fica sub-rogado nos direitos emergentes da letra contra aquele por honra de quem pagou e contra os que são obrigados para com êste em virtude da letra. Não pode, todavia, endossar de novo a letra.

Os endossantes posteriores ao signatário por honra de quem foi feito o pagamento ficam desonerados.

Quando se apresentarem várias pessoas para pagar uma letra por intervenção, será preferida aquela que desonerar maior número de obrigados. Aquele que, com conhecimento de causa, intervier contràriamente a esta regra, perde os seus direitos de acção contra os que teriam sido desonerados.

CAPÍTULO IX

Da pluralidade de exemplares e das cópias

1.—Pluralidade de exemplares

ARTIGO 64.º

A letra pode ser sacada por várias vias.

Essas vias devem ser numeradas no próprio texto, na falta do que, cada via será considerada como um letra distinta.

O portador de uma letra que não contenha a indicação de ter sido sacada numa única via pode exigir à sua custa a entrega de várias vias. Para êste efeito o portador deve dirigir-se ao seu endossante

qui est tenu de lui prêter ses soins pour agir contre son propre endosseur, et ainsi de suite, en remontant jusqu'au tireur. Les endosseurs sont tenus de reproduire les endossements sur les nouveaux exemplaires.

ARTICLE 65.

Le paiement fait sur un des exemplaires est libératoire, alors même qu'il n'est pas stipulé que ce paiement annule l'effet des autres exemplaires. Toutefois, le tiré reste tenu à raison de chaque exemplaire accepté dont il n'a pas obtenu la restituition.

L'endosseur qui a transféré les exemplaires à différentes personnes, ainsi que les endosseurs subséquents, sont tenus à raison de tous les exemplaires portant leur signature et qui n'ont pas été restitués.

ARTICLE 66.

Celui qui a envoyé un des exemplaires à l'acceptation doit indiquer sur les autres exemplaires le nom de la personne entre les mains de laquelle cet exemplaire se trouve. Celle-ci est tenue de le remettre au porteur légitime d'un autre exemplaire.

Si elle s'y refuse, le porteur ne peut exercer de recours qu'après avoir fait constater par un protêt:

1° que l'exemplaire envoyé à l'acceptation ne lui a pas été remis sur sa demande;

2° que l'acceptation ou le paiement n'a pu être obtenu sur un autre exemplaire.

2. Copies.

ARTICLE 67.

Tout porteur d'une lettre de change a le droit d'en faire des copies.

La copie doit reproduire exactement l'original avec les endossements et toutes les autres mentions qui y figurent. Elle doit indiquer où elle s'arrête.

Elle peut être endossée et avalisée de la même manière et avec les mêmes effets que l'original.

endorser, who is bound to assist him in proceeding against his own endorser, and so on in the series until the drawer is reached. The endorsers are bound to reproduce their endorsements on the new parts of the set.

ARTICLE 65.

Payment made on one part of a set operates as a discharge, even though there is no stipulation that this payment annuls the effect of the other parts. Nevertheless, the drawee is liable on each accepted part which he has not recovered.

An endorser who has transferred parts of a set to different persons, as well as subsequent endorsers, are liable on all the parts bearing their signature which have not been restored.

ARTICLE 66.

A party who has sent one part for acceptance must indicate on the other parts the name of the person in whose hands this part is to be found. That person is bound to give it up to the lawful holder of another part.

If he refuses, the holder cannot exercise his right of recourse until he has had a protest drawn up specifying:

(1) That the part sent for acceptance has not been given up to him on his demand;

(2) That acceptance or payment could not be obtained on another of the parts.

2. Copies.

ARTICLE 67.

Every holder of a bill of exchange has the right to make copies of it.

A copy must reproduce the original exactly, with the endorsements and all other statements to be found therein. It must specify where the copy ends.

It may be endorsed and guaranteed by *aval* in the same manner and with the same effects as the original.

imediato, para que êste o auxilie a proceder contra o seu próprio endossante e assim sucessivamente até se chegar ao sacador. Os endossantes são obrigados a reproduzir os endossos nas novas vias.

ARTIGO 65.°

O pagamento de uma das vias é liberatório, mesmo que não esteja estipulado que êsse pagamento anula o efeito das outras. O sacado fica, porém, responsável por cada uma das vias que tenham o seu aceite e lhe não hajam sido restituídas.

O endossante que transferiu vias da mesma letra a várias pessoas e os endossantes subseqüentes são responsáveis por todas as vias que contenham as suas assinaturas e que não hajam sido restituídas.

ARTIGO 66.°

Aquele que enviar ao aceite uma das vias da letra deve indicar nas outras o nome da pessoa em cujas mãos aquela se encontra. Esta pessoa é obrigada a entregar essa via ao portador legítimo doutro exemplar.

Se se recusar a fazê-lo, o portador só pode exercer o seu direito de acção depois de ter feito constatar por um protesto:

1.° Que a via enviada ao aceite lhe não foi restituída a seu pedido;

2.° Que não foi possível conseguir o aceite ou o pagamento de uma outra via.

2.—Cópias

ARTIGO 67.°

O portador de uma letra tem o direito de tirar cópias dela.

A cópia deve reproduzir exactamente o original, com os endossos e todas as outras menções que nela figurem. Deve mencionar onde acaba a cópia.

A cópia pode ser endossada e avalizada da mesma maneira e produzindo os mesmos efeitos que o original.

ARTICLE 68.

La copie doit désigner le détenteur du titre original. Celui-ci est tenu de remettre ledit titre au porteur légitime de la copie.

S'il s'y refuse, le porteur ne peut exercer de recours contre les personnes qui ont endossé ou avalisé la copie qu'après avoir fait constater par un protêt que l'original ne lui a pas été remis sur sa demande.

Si le titre original, après le dernier endossement survenu avant que la copie ne soit faite, porte la clause : «à partir d'ici l'endossement ne vaut que sur la copie» ou toute autre formule équivalente, un endossement signé ultérieurement sur l'original est nul.

CHAPITRE X.

Des altérations.

ARTICLE 69.

En cas d'altération du texte d'une lettre de change, les signataires postérieurs à cette altération sont tenus dans les termes du texte altéré; les signataires antérieurs le sont dans les termes du texte originaire.

CHAPITRE XI.

De la prescription.

ARTICLE 70.

Toutes actions résultant de la lettre de change contre l'accepteur se prescrivent par trois ans à compter de la date de l'échéance.

Les actions du porteur contre les endosseurs et contre le tireur se prescrivent par un an à partir de la date du protêt dressé en temps utile ou de celle de l'échéance, en cas de clause de retour sans frais.

Les actions des endosseurs les uns contre les autres et contre le tireur se prescrivent par six mois à partir du jour où l'endosseur a remboursé la lettre ou du jour où il a été lui-même actionné.

ARTICLE 68.

A copy must specify the person in possession of the original instrument. The latter is bound to hand over the said instrument to the lawful holder of the copy.

If he refuses, the holder may not exercise his right of recourse against the persons who have endorsed the copy or guaranteed it by *aval* until he has had a protest drawn up specifying that the original has not been given up to him on his demand.

Where the original instrument, after the last endorsement before the making of the copy, contains a clause «commencing from here an endorsement is only valid if made on the copy» or some equivalent formula, a subsequent endorsement on the original is null and void.

CHAPTER X.

Alterations.

ARTICLE 69.

In case of alteration of the text of a bill of exchange, parties who have signed subsequent to the alteration are bound according to the terms of the altered text; parties who have signed before the alteration are bound according to the terms of the original text.

CHAPTER XI.

Limitation of actions.

ARTICLE 70.

All actions arising out of a bill of exchange against the acceptor are barred after three years, reckoned from the date of maturity.

Actions by the holder against the endorsers and against the drawer are barred after one year from the date of a protest drawn up within proper time, or from the date of maturity where there is a stipulation *retour sans frais*.

Actions by endorsers against each other and against the drawer are barred after six months, reckoned from the day when the endorser took up and paid the bill or from the day when he himself was sued.

ARTIGO 68.º

A cópia deve indicar a pessoa em cuja posse se encontra o título original. Esta é obrigada a remeter o dito título ao portador legítimo da cópia.

Se se recusar a fazê-lo, o portador só pode exercer o seu direito de acção contra as pessoas que tenham endossado ou avalizado a cópia, depois de ter feito constatar por um protesto que o original lhe não foi entregue a seu pedido.

Se o título original, em seguida ao último endôsso feito antes de tirada a cópia, contiver a cláusula: «daqui em diante só é válido o endôsso na cópia» ou qualquer outra fórmula equivalente, é nulo qualquer endôsso assinado ulteriormente no original.

CAPÍTULO X

Das alterações

ARTIGO 69.º

No caso de alteração do texto de uma letra, os signatários posteriores a essa alteração ficam obrigados nos termos do texto alterado; os signatários anteriores são obrigados nos termos do texto original.

CAPÍTULO XI

Da prescrição

ARTIGO 70.º

Todas as acções contra o aceitante relativas a letras prescrevem em três anos a contar do seu vencimento.

As acções do portador contra os endossantes e contra o sacador prescrevem num ano, a contar da data do protesto feito em tempo útil, ou da data do vencimento, se se trata de letra contendo a cláusula «sem despesas».

As acções dos endossantes uns contra os outros e contra o sacador prescrevem em seis meses a contar do dia em que o endossante pagou a letra ou em que êle próprio foi accionado.

ARTICLE 71.

L'interruption de la prescription n'a d'effet que contre celui à l'égard duquel l'acte interruptif a été fait.

CHAPITRE XII.

Dispositions générales.

ARTICLE 72.

Le paiement d'une lettre de change dont l'échéance est à un jour férié légal ne peut être exigé que le premier jour ouvrable qui suit. De même, tous autres actes relatifs à la lettre de change, notamment la présentation à l'acceptation et le protêt, ne peuvent être faits qu'un jour ouvrable.

Lorsqu'un de ces actes doit être accompli dans un certain délai dont le dernier jour est un jour férié légal, ce délai est prorogé jusqu'au premier jour ouvrable qui en suit l'expiration. Les jours fériés intermédiaires sont compris dans la computation du délai.

ARTICLE 73.

Les délais légaux ou conventionnels ne comprennent pas le jour qui leur sert de point de départ.

ARTICLE 74.

Aucun jour de grâce, ni légal, ni judiciaire, n'est admis.

TITRE II.

Du billet à ordre.

ARTICLE 75.

Le billet à ordre contient:

1. La dénomination du titre insérée dans le texte même et exprimée dans la langue employée pour la rédaction de ce titre;

2. La promesse pure et simple de payer une somme déterminée;

3. L'indication de l'échéance;

4. Celle du lieu où le paiement doit s'effectuer;

5. Le nom de celui auquel ou à l'ordre duquel le paiement doit être fait;

ARTICLE 71.

Interruption of the period of limitation is only effective against the person in respect of whom the period has been interrupted.

CHAPTER XII.

General provisions.

ARTICLE 72.

Payment of a bill of exchange which falls due on a legal holiday (*jour férié légal*) cannot be demanded until the next business day. So, too, all other proceedings relating to a bill of exchange, in particular, presentment for acceptance and protest, can only be taken on a business day.

Where any of these proceedings must be taken within a certain limit of time the last day of which is a legal holiday (*jour férié légal*), the limit of time is extended until the first business day which follows the expiration of that time. Intermediate holidays (*jours fériés*) are included in computing limits of time.

ARTICLE 73.

Legal or contractual limits of time do not include the day on which the period commences.

ARTICLE 74.

No days of grace, whether legal or judicial, are permitted.

TITLE II.

Promissory notes.

ARTICLE 75.

A promissory note contains:

(1) The term «promissory note» inserted in the body of the instrument and expressed in the language employed in drawing up the instrument;

(2) An unconditional promise to pay a determinate sum of money;

(3) A statement of the time of payment;

(4) A statement of the place where payment is to be made;

(5) The name of the person to whom or to whose order payment is to be made;

ARTIGO 71.º

A interrupção da prescrição só produz efeito em relação à pessoa para quem a interrupção foi feita.

CAPÍTULO XII

Disposições gerais

ARTIGO 72.º

O pagamento de uma letra cujo vencimento recai em dia feriado legal só pode ser exigido no seguinte primeiro dia útil. Da mesma maneira, todos os actos respeitantes a letras, especialmente a apresentação ao aceite e o protesto, sòmente podem ser feitos em dia útil.

Quando um dêsses actos tem de ser realizado num determinado prazo, e o último dia dêsse prazo é feriado legal, fica o dito prazo prorrogado até ao primeiro dia útil que se seguir ao seu têrmo.

ARTIGO 73.º

Os prazos legais ou convencionais não compreendem o dia que marca o seu início.

ARTIGO 74.º

Não são admitidos dias de perdão, quer legal, quer judicial.

TÍTULO II

Da livrança

ARTIGO 75.º

A livrança contém:

1. A palavra «livrança» inserta no próprio texto do título e expressa na língua empregada para a redacção dêsse título;

2. A promessa pura e simples de pagar uma quantia determinada;

3. A época do pagamento;

4. A indicação do lugar em que se deve efectuar o pagamento;

5. O nome da pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga;

6. L'indication de la date et du lieu où le billet est souscrit;

7. La signature de celui qui émet le titre (souscripteur).

ARTICLE 76.

Le titre dans lequel une des énonciations indiquées à l'article précédent fait défaut ne vaut pas comme billet à ordre, sauf dans les cas déterminés par les alinéas suivants.

Le billet à ordre dont l'échéance n'est pas indiquée est considéré comme payable à vue.

A défaut d'indication spéciale, le lieu de création du titre est réputé être le lieu du paiement et, en même temps, le lieu du domicile du souscripteur.

Le billet à ordre n'indiquant pas le lieu de sa création est considéré comme souscrit dans le lieu désigné à côté du nom du souscripteur.

ARTICLE 77.

Sont applicables au billet à ordre, en tant qu'elles ne sont pas incompatibles avec la nature de ce titre, les dispositions relatives à la lettre de change et concernant:

l'endossement (articles 11–20);

l'échéance (articles 33–37);

le paiement (articles 38–42);

les recours faute de paiement (articles 43–50, 52–54);

le paiement par intervention (articles 55, 59–63);

les copies (articles 67 et 68);

les altérations (article 69);

la prescription (articles 70 et 71);

les jours fériés, la computation des délais et l'interdiction des jours de grâce (articles 72, 73 et 74).

Sont aussi applicables au billet à ordre les dispositions concernant la lettre de change payable chez un tiers ou dans une localité autre que celle du domicile du tiré (articles 4 et 27); la stipulation d'intérêts

(6) A statement of the date and of the place where the promissory note is issued;

(7) The signature of the person who issues the instrument (maker).

ARTICLE 76.

An instrument in which any of the requirements mentioned in the preceding Article are wanting is invalid as a promissory note except in the cases specified in the following paragraphs.

A promissory note in which the time of payment is not specified is deemed to be payable at sight.

In default of special mention, the place where the instrument is made is deemed to be the place of payment and at the same time the place of the domicile of the maker.

A promissory note which does not mention the place of its issue is deemed to have been made in the place mentioned beside name of the maker.

ARTICLE 77.

The following provisions relating to bills of exchange apply to promissory notes so far as they are not inconsistent with the nature of these instruments, viz.:

Endorsement (Articles 11 to 20);

Time of payment (Articles 33 to 37);

Payment (Articles 38 to 42);

Recourse in case of non-payment (Articles 43 to 50, 52 to 54);

Payment by intervention (Articles 55, 59 to 63);

Copies (Articles 67 and 68);

Alterations (Article 69);

Limitation of actions (Articles 70 and 71);

Holidays, computation of limits of time and prohibition of days of grace (Articles 72, 73 and 74).

The following provisions are also applicable to a promissory note: The provisions concerning a bill of exchange payable at the address of a third party or in a locality other than that of the domicile of the drawee

6. A indicação da data em que e do lugar onde a livrança é passada;

7. A assinatura de quem passa a livrança (subscritor).

ARTIGO 76.º

O escrito em que faltar algum dos requisitos indicados no artigo anterior não produzirá efeito como livrança, salvo nos casos determinados nas alíneas seguintes.

A livrança em que se não indique a época do pagamento será considerada pagável à vista.

Na falta de indicação especial, o lugar onde o escrito foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento e, ao mesmo tempo, o lugar do domicílio do subscritor da livrança.

A livrança que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor.

ARTIGO 77.º

São aplicáveis às livranças, na parte em que não sejam contrárias à natureza dêste escrito, as disposições relativas às letras e respeitantes a:

Endôsso (artigos 11.º a 20.º);

Vencimento (artigos 33.º a 37.º);

Pagamento (artigos 38.º a 42.º);

Direito de acção por falta de pagamento (artigos 43.º a 50.º e 52.º a 54.º);

Pagamento por intervenção (artigos 55.º e 59.º a 63.º);

Cópias (artigos 67.º e 68.º);

Alterações (artigo 69.º);

Prescrição (artigos 70.º e 71.º);

Dias feriados, contagem de prazos e interdição de dias de perdão (artigos 72.º a 74.º).

São igualmente aplicáveis às livranças as disposições relativas às letras pagáveis no domicílio de terceiro ou numa localidade diversa da do domicílio do sacado (artigos 4.º e 27.º), a estipulação de juros

(article 5), les différences d'énonciation relatives a la somme à payer (article 6), les conséquences de l'apposition d'une signature dans les conditions visées à l'article 7, celles de la signature d'une personne qui agit sans pouvoirs ou en dépassant ses pouvoirs (article 8), et la lettre de change en blanc (article 10).

Sont également applicables au billet à ordre les dispositions relatives à l'aval (articles 30 à 32); dans le cas prévu à l'article 31, dernier alinéa, si l'aval n'indique pas pour le compte de qui il a été donné, il est réputé l'avoir été pour le compte du souscripteur du billet à ordre.

ARTICLE 78.

Le souscripteur d'un billet à ordre est obligé de la même manière que l'accepteur d'une lettre de change.

Les billets à ordre payables à un certain délai de vue doivent être présentés au visa du souscripteur dans les délais fixés à l'article 23. Le délai de vue court de la date du visa signé du souscripteur sur le billet. Le refus du souscripteur de donner son visa daté est constaté par un protêt (article 25) dont la date sert de point de départ au délai de vue.

ANNEXE II.

ARTICLE 1.

Chacune des Hautes Parties contractantes peut prescrire que l'obligation d'insérer dans les lettres de change créées sur son territoire la dénomination de «lettre de change» prévue par l'article 1, numéro 1 de la loi uniforme, ne s'appliquera que six mois après l'entrée en vigueur de la présente Convention.

ARTICLE 2.

Chacune des Hautes Parties contractantes a, pour les engagements pris en matière de lettre de change sur son territoire, la faculté de déterminer de quelle manière il peut

(Articles 4 and 27); stipulation for interest (Article 5); discrepancies as regards the sum payable (Article 6); the consequences of signature under the conditions mentioned in Article 7, the consequences of signature by a person who acts without authority or who exceeds his authority (Article 8); and provisions concerning a bill of exchange in blank (Article 10).

The following provisions are also applicable to a promissory note: Provisions relating to guarantee by *aval* (Articles 30–32); in the case provided for in Article 31, last paragraph, if the *aval* does not specify on whose behalf it has been given, it is deemed to have been given on behalf of the maker of the promissory note.

ARTICLE 78.

The maker of a promissory note is bound in the same manner as an acceptor of a bill of exchange.

Promissory notes payable at certain time after sight must be presented for the visa of the maker within the limits of time fixed by Article 23. The limit of time runs from the date of the visa signed by the maker on the note. The refusal of the maker tho give his visa with the date thereon must be authenticated by a protest (Article 25), the date of which marks the commencement of the period of time after sight.

ANNEX II.

ARTICLE 1.

Each of the High Contracting Parties may stipulate that the obligation to insert in bills of exchange issued in its territory the term «bill of exchange», as laid down in Article 1, 1, of the Uniform Law, shall not apply until six months after the entry into force of the present Convention.

ARTICLE 2.

Each of the High Contracting Parties has, as regards undertakings entered into in respect of bills of exchange in its own territory, the right to determine in what manner an

(artigo 5.º), as divergências nas indicações da quantia a pagar (artigo 6.º), as conseqüências da aposição de uma assinatura nas condições indicadas no artigo 7.º, as da assinatura de uma pessoa que age sem poderes ou excedendo os seus poderes (artigo 8.º) e a letra em branco (artigo 10.º).

São também aplicáveis às livranças as disposições relativas ao aval (artigos 30.º a 32.º); no caso previsto na última alínea do artigo 31.º, se o aval não indicar a pessoa por quem é dado, entender-se-á ser pelo subscritor da livrança.

ARTIGO 78.º

O subscritor de uma livrança é responsável da mesma forma que o aceitante de uma letra.

As livranças pagáveis a certo têrmo de vista devem ser presentes ao visto dos subscritores nos prazos fixados no artigo 23.º O têrmo de vista conta-se da data do visto dado pelo subscritor. A recusa do subscritor a dar o seu visto é comprovada por um protesto (artigo 25.º), cuja data serve de início ao têrmo de vista.

ANEXO II

ARTIGO 1.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes pode prescrever que a obrigação de inserir nas letras passadas no seu território a palavra «letra», prevista no artigo 1.º, n.º 1.º, da lei uniforme, só se aplicará seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção.

ARTIGO 2.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem, pelo que respeita às obrigações contraídas em matéria de letras no seu território, a faculdade de determinar de que maneira

être suppléé à la signature elle-même, pourvu qu'une déclaration authentique inscrite sur la lettre de change constate la volonté de celui qui aurait dû signer.

ARTICLE 3.

Chacune des Hautes Parties contractantes se réserve la faculté de ne pas insérer l'article 10 de la loi uniforme dans sa loi nationale.

ARTICLE 4.

Par dérogation à l'article 31, alinéa premier de la loi uniforme, chacune de Hautes Parties contractantes a la faculté d'admettre qu'un aval pourra être donné sur son territoire par un acte séparé indiquant le lieu où il est intervenu.

ARTICLE 5.

Chacune des Hautes Parties contractantes peut compléter l'article 38 de la loi uniforme en ce sens que, pour une lettre de change payable sur son territoire, le porteur sera obligé de la présenter le jour même de l'échéance; l'inobservation de cette obligation ne pourra donner lieu qu'à des dommages-intérêts.

Les autres Hautes Parties contractantes auront la faculté de déterminer les conditions sous lesquelles elles reconnaîtront une telle obligation.

ARTICLE 6.

Il appartiendra à chacune des Hautes Parties contractantes de déterminer, pour l'application du dernier alinéa de l'article 38 de la loi uniforme, les institutions qui, selon la loi nationale, sont à considérer comme chambres de compensation.

ARTICLE 7.

Chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté de déroger, si elle le juge nécessaire, en des circonstances exceptionnelles ayant trait au cours du change de la monnaie de cet Etat, aux effets de la clause prévue à l'article 41 et relative au paiement effectif en une monnaie étrangère en ce qui concerne les lettres de change payables sur son terri-

actual signature may be replaced by an authentic declaration written on the bill which evidences the consent of the party who should have signed.

ARTICLE 3.

Each of the High Contracting Parties reserves the right not to embody Article 10 of the Uniform Law in its national law.

ARTICLE 4.

By way of derogation from Article 31, paragraph 1, of the Uniform Law, each of the High Contracting Parties shall have the right to decide that an *aval* may be given in its territory by a separate instrument specifying the place in which the instrument has been executed.

ARTICLE 5.

Each of the High Contracting Parties may supplement Article 38 of the Uniform Law so as to provide that the holder of a bill of exchange payable in its territory shall be obliged to present it on the actual day of maturity. Failure to comply with this obligation may only give rise to a right to damages.

The other High Contracting Parties shall have the right to determine the conditions subject to which such obligation will be recognised by them.

ARTICLE 6.

For the purpose of giving effect to the last paragraph of Article 38 of the Uniform Law, each of the High Contracting Parties shall determine the institutions which, according to its national law, are to be regarded as clearing-houses.

ARTICLE 7.

Each of the High Contracting Parties shall have the right, if it deems fit, in exceptional circumstances connected with the rate of exchange in such State, to derogate from the stipulation contained in Article 41 for effective payment in foreign currency as regards bills of exchange payable in its territory. The above rule may also be applied as re-

pode ser suprida a falta de assinatura, desde que por uma declaração autêntica escrita na letra se possa constatar a vontade daquele que deveria ter assinado.

ARTIGO 3.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes reserva-se a faculdade de não inserir o artigo 10.º da lei uniforme na sua lei nacional.

ARTIGO 4.º

Por derrogação da alínea primeira do artigo 31.º da lei uniforme, qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de admitir a possibilidade de ser dado um aval no seu território por acto separado em que se indique o lugar onde foi feito.

ARTIGO 5.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes pode completar o artigo 38.º da lei uniforme dispondo que, em relação às letras pagáveis no seu território, o portador deverá fazer a apresentação no próprio dia do vencimento; a inobservância desta obrigação só acarreta responsabilidade por perdas e danos.

As outras Altas Partes Contratantes terão a faculdade de fixar as condições em que reconhecerão uma tal obrigação.

ARTIGO 6.º

A cada uma das Altas Partes Contratantes incumbe determinar, para os efeitos da aplicação da última alínea do artigo 38.º, quais as instituïções que, segundo a lei nacional, devam ser consideradas câmaras de compensação.

ARTIGO 7.º

Pelo que se refere às letras pagáveis no seu território, qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de sustar, se o julgar necessário, em circunstâncias excepcionais relacionadas com a taxa de câmbio da moeda nacional, os efeitos da cláusula prevista no artigo 41.º relativa ao pagamento efectivo em moeda estrangeira. A mesma

toire. La même règle peut être appliquée pour ce qui concerne la création des lettres de change en monnaies étrangères sur le territoire national.

ARTICLE 8.

Chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté de prescrire que les protêts à dresser sur son territoire peuvent être remplacés par une déclaration datée et écrite sur la lettre de change elle-même, signée par le tiré, sauf dans le cas où le tireur exige dans le texte de la lettre de change un protêt par acte authentique.

Chacune des Hautes Parties contractantes a également la faculté de prescrire que ladite déclaration soit transcrite sur un registre public dans le délai fixé pour les protêts.

Dans le cas prévu aux alinéas précédents l'endossement sans date est présumé avoir été fait antérieurement au protêt.

ARTICLE 9.

Par dérogation à l'article 44, alinéa 3 de la loi uniforme, chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté de prescrire que le protêt faute de paiement doit être dressé soit le jour où la lettre de change est payable, soit l'un des deux jours ouvrables qui suivent.

ARTICLE 10.

Il est réservé à la législation de chacune des Hautes Parties contractantes de déterminer de façon précise les situations juridiques visées à l'article 43, numéros 2 et 3, et à l'article 44, alinéas 5 et 6 de la loi uniforme.

ARTICLE 11.

Par dérogation aux dispositions des articles 43, numéros 2 et 3, et 74 de la loi uniforme, chacune des Hautes Parties contractantes se réserve la faculté d'admettre dans sa législation la possibilité pour les garants d'une lettre de change d'obtenir, en cas de recours exercé contre eux, des délais, qui, en aucun cas, ne pourront dépasser l'échéance de la lettre de change.

gards the issue in the national territory of bills of exchange payable in foreign currencies.

ARTICLE 8.

Each of the High Contracting Parties may prescribe that protests to be drawn up in its territory may be replaced by a declaration dated and written on the bill itself, and signed by the drawee, except where the drawer stipulates in the body of the bill of exchange itself for an authenticated protest.

Each of the High Contracting Parties may also prescribe that the said declaration shall be inscribed in a public register within the limit of time fixed for protests.

In the case provided for in the preceding paragraphs, an undated endorsement is presumed to have been made prior to the protest.

ARTICLE 9.

By way of derogation from Article 44, paragraph 3, of the Uniform Law, each of the High Contracting Parties has the right to prescribe that a protest for non-payment must be drawn up either on the day when the bill is payable or on one of the two following business days.

ARTICLE 10.

It is reserved to the legislation of each of the High Contracting Parties to determine the exact legal situations referred to in Article 43, Nos. 2 and 3, and in Article 44, paragraphs 5 and 6, of the Uniform Law.

ARTICLE 11.

By way of derogation from the provisions of Article 43, Nos. 2 and 3, and Article 74 of the Uniform Law, each of the High Contracting Parties reserves the right to include in its legislation the possibility for persons guaranteeing a bill of exchange to obtain, in the event of recourse being exercised against them, periods of grace which may in no case extend beyond the maturity of the bill.

regra se aplica no que respeita à emissão no território nacional de letras em moedas estrangeiras.

ARTIGO 8.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de determinar que os protestos a fazer no seu território possam ser substituídos por uma declaração datada, escrita na própria letra e assinada pelo sacado, excepto no caso de o sacador exigir no texto da letra que se faça um protesto com as formalidades devidas.

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem igualmente a faculdade de determinar que a dita declaração seja transcrita num registo público no prazo fixado para os protestos.

No caso previsto nas alíneas precedentes o endôsso sem data presume-se ter sido feito anteriormente ao protesto.

ARTIGO 9.º

Por derrogação da alínea terceira do artigo 44.º da lei uniforme, qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de determinar que o protesto por falta de pagamento deve ser feito no dia em que a letra é pagável ou num dos dois seguintes dias úteis.

ARTIGO 10.º

Fica reservada para a legislação de cada uma das Altas Partes Contratantes a determinação precisa das situações jurídicas a que se referem os n.ºs 2.º e 3.º do artigo 43.º e os n.ºs 5.º e 6.º do artigo 44.º da lei uniforme.

ARTIGO 11.º

Por derrogação dos n.ºs 2.º e 3.º do artigo 43.º e do artigo 74.º da lei uniforme, qualquer das Altas Partes Contratantes reserva-se a faculdade de admitir na sua legislação a possibilidade, para os garantes de uma letra que tenham sido accionados, de ser concedido um alongamento de prazos, os quais não poderão em caso algum ir além da data do vencimento da letra.

ARTICLE 12.

Par dérogation à l'article 45 de la loi uniforme, chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté de maintenir ou d'introduire le système d'avis à donner par l'officier public, savoir: qu'en effectuant le protêt faute d'acceptation ou faute de paiement, le notaire ou le fonctionnaire qui, d'après la loi nationale, est autorisé à dresser le protêt est tenu d'en donner avis par écrit à celles des personnes obligées dans la lettre de change dont les adresses sont soit indiquées sur la lettre de change, soit connues par l'officier public dressant le protêt, soit indiquées par les personnes ayant exigé le protêt. Les dépenses résultant d'un tel avis sont à ajouter aux frais de protêt.

ARTICLE 13.

Chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté de prescrire en ce qui concerne les lettres de change qui sont à la fois émises et payables sur son territoire, que le taux d'intérêt, dont il est question à l'article 48, numéro 2, et à l'article 49, numéro 2 de la loi uniforme, pourra être remplacé par le taux légal en vigueur dans le territoire de cette Haute Partie contractante.

ARTICLE 14.

Par dérogation à l'article 48 de la loi uniforme, chacune des Hautes Parties contractantes se réserve la faculté d'insérer dans la loi nationale une disposition prescrivant que le porteur peut réclamer à celui contre lequel il exerce son recours un droit de commission dont le montant sera déterminé par la loi nationale.

Il en est de même, par dérogation à l'article 49 de la loi uniforme, en ce qui concerne la personne qui, ayant remboursé la lettre de change, en réclame le montant à ses garants.

ARTICLE 15.

Chacune des Hautes Parties contractantes est libre de décider que, dans le cas de déchéance ou de prescription, il subsistera sur son territoire

ARTICLE 12.

By way of derogation from Article 45 of the Uniform Law, each of the High Contracting Parties shall be entitled to maintain or introduce the following system of notification by the public official, viz., that, when protesting for non-acceptance or non-payment, the notary or official who, under the national law, is authorised to draw up the protest, is required to give notice in writing to the persons liable under the bill of exchange whose addresses are specified in the bill, or are known to the public official drawing up the protest, or are specified by the persons demanding the protest. The costs of such notice shall be added to the costs of the protest.

ARTICLE 13.

Each of the High Contracting Parties is entitled to prescribe, as regards bills of exchange which are both issued and payable in its territory, that the rate of interest mentioned in Article 48, No. 2, and Article 49, No. 2, of the Uniform Law may be replaced by the legal rate in force in the territory of that High Contracting Party.

ARTICLE 14.

By derogation from Article 48 of the Uniform Law each of the High Contracting Parties reserves the right to insert in its national law a rule prescribing that the holder may claim from the party against whom he is exercising his right of recourse a commission the amount of which shall be determined by the national law.

The same applies, by derogation from Article 49 of the Uniform Law, to a person who, having taken up and paid the bill of exchange, claims the amount from the parties liable to him.

ARTICLE 15.

Each of the High Contracting Parties is free to decide that, in the event of extinctive prescription (*déchéance*) or limitation of actions (*prescrip-*

ARTIGO 12.º

Por derrogação do artigo 45.º da lei uniforme, qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de manter ou de introduzir o sistema de aviso por intermédio de um agente público, que consiste no seguinte: ao fazer o protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento, o notário ou o funcionário público incumbido dêsse serviço, segundo a lei nacional, é obrigado a dar comunicação por escrito dêsse protesto às pessoas obrigadas pela letra, cujos endereços figuram nela, ou que sejam conhecidos do agente que faz o protesto, ou sejam indicados pelas pessoas que exigiram o protesto. As despesas originadas por êsses avisos serão adicionadas às despesas do protesto.

ARTIGO 13.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de determinar, no que respeita às letras passadas e pagáveis no seu território, que a taxa de juro a que se referem os n.os 2.os dos artigos 48.º e 49.º da lei uniforme poderá ser substituída pela taxa legal em vigor no território da respectiva Alta Parte Contratante.

ARTIGO 14.º

Por derrogação do artigo 48.º da lei uniforme, qualquer das Altas Partes Contratantes reserva-se a faculdade de inserir na lei nacional uma disposição pela qual o portador pode reclamar daquele contra quem exerce o seu direito de acção uma comissão cujo quantitativo será fixado pela mesma lei nacional.

A mesma doutrina se aplica, por derrogação do artigo 49.º da lei uniforme, no que se refere à pessoa que, tendo pago uma letra, reclama a sua importância aos seus garantes.

ARTIGO 15.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem liberdade de decidir que, no caso de perda de direitos ou de prescrição, no seu território subsistirá o

une action contre le tireur qui n'a pas fait provision ou contre un tireur ou un endosseur qui se serait enrichi injustement. La même faculté existe, en cas de prescription, en ce qui concerne l'accepteur qui a reçu provision ou se serait enrichi injustement.

ARTICLE 16.

La question de savoir si le tireur est obligé de fournir provision à l'échéance et si le porteur a des droits spéciaux sur cette provision reste en dehors de la loi uniforme.

Il en est de même pour toute autre question concernant le rapport sur la base duquel a été émise la traite.

ARTICLE 17.

C'est à la législation de chacune des Hautes Parties contractantes qu'il appartient de déterminer les causes d'interruption et de suspension de la prescription des actions résultant d'une lettre de change dont ses tribunaux ont à connaître.

Les autres Hautes Parties contractantes ont la faculté de déterminer les conditions auxquelles elles reconnaîtront de pareilles causes. Il en est de même de l'effet d'une action comme moyen de faire courir le délai de prescription prévu par l'article 70, alinéa 3 de la loi uniforme.

ARTICLE 18.

Chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté de prescrire que certains jours ouvrables seront assimilés aux jours fériés légaux en ce qui concerne la présentation à l'acceptation ou au paiement et tous autres actes relatifs à la lettre de change.

ARTICLE 19.

Chacune des Hautes Parties contractantes peut déterminer la dénomination à adopter dans les lois nationales pour les titres visés à l'article 75 de la loi uniforme ou dispen-

tion), proceedings may be taken in its territory against a drawer who has not provided cover (*provision*) for the bill, or against a drawer or endorser who has made an inequitable gain. The same right exists in the case of limitation of action as regards an acceptor who has received cover or made an inequitable gain (*se serait enrichi injustement*).

ARTICLE 16.

The question whether the drawer is obliged to provide cover (*provision*) at maturity and whether the holder has special rights to this cover remains outside the scope of the Uniform Law.

The same applies to any other question concerning the legal relations on the basis of which the bill was issued.

ARTICLE 17.

It is for the legislation of each of the High Contracting Parties to determine the causes of interruption or suspension of limitation (*prescription*) in the case of actions on bills of exchange which come before its courts.

The other High Contracting Parties are entitled to determine the conditions subject to which they will recognise such causes. The same applies to the effect of an action as a means of indicating the commencement of the period of limitation (*prescription*) laid down in Article 70, paragraph 3, of the Uniform Law.

ARTICLE 18.

Each of the High Contracting Parties has the right to prescribe that certain business days shall be assimilated to legal holidays (*jours fériés légaux*) as regards presentment for acceptance or payment and all other acts relating to bills of exchange.

ARTICLE 19.

Each of the High Contracting Parties may determine the denomination to be adopted in the national laws for the instruments referred to in Article 75 of the Uniform Law,

direito de proceder contra o sacador que não constituir provisão ou contra um sacador ou endossante que tenha feito lucros ilegítimos. A mesma faculdade existe, em caso de prescrição, pelo que respeita ao aceitante que recebeu provisão ou tenha realizado lucros ilegítimos.

ARTIGO 16.º

A questão de saber se o sacador é obrigado a constituir provisão à data do vencimento e se o portador tem direitos especiais sôbre essa provisão está fora do âmbito da lei uniforme.

O mesmo sucede relativamente a qualquer outra questão respeitante às relações jurídicas que serviram de base à emissão da letra.

ARTIGO 17.º

A cada uma das Altas Partes Contratantes compete determinar na sua legislação nacional as causas de interrupção e de suspensão da prescrição das acções relativas a letras que os seus tribunais são chamados a conhecer.

As outras Altas Partes Contratantes têm a faculdade de determinar as condições a que subordinarão o conhecimento de tais causas. O mesmo sucede quanto ao efeito de uma acção como meio de indicação do início do prazo de prescrição, a que se refere a alínea terceira do artigo 70.º da lei uniforme.

ARTIGO 18.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de determinar que certos dias úteis sejam assimilados aos dias feriados legais, pelo que respeita à apresentação ao aceite ou ao pagamento e demais actos relativos às letras.

ARTIGO 19.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes pode determinar o nome a dar nas leis nacionais aos escritos a que se refere o artigo 75.º da lei uniforme ou dispensar êsses escritos de

ser ces titres de toute dénomination spéciale pourvu qu'ils contiennent l'indication expresse qu'ils sont à ordre.

ARTICLE 20.

Les dispositions des articles 1 à 18 de la présente annexe, relatives à la lettre de change, s'appliquent également au billet à ordre.

ARTICLE 21.

Chacune des Hautes Parties contractantes se réserve la faculté de restreindre l'engagement mentionné dans l'article premier de la Convention aux seules dispositions sur la lettre de change et de ne pas introduire dans son territoire les dispositions sur le billet à ordre contenues dans le titre II de la loi uniforme. Dans ce cas, la Haute Partie contractante qui a profité de cette réserve ne sera considérée comme partie contractante que pour ce qui concerne la lettre de change.

Chacune des Hautes Parties contractantes se réserve également la faculté de faire des dispositions concernant le billet à ordre l'objet d'un règlement spécial qui sera entièrement conforme aux stipulations du titre II de la loi uniforme et qui reproduira les règles sur la lettre de change auxquelles il est renvoyé, sous les seules modifications résultant des articles 75, 76, 77 et 78 de la loi uniforme et des articles 19 et 20 de la présente annexe.

ARTICLE 22.

Chacune des Hautes Parties contractantes a la faculté d'édicter des dispositions exceptionnelles d'ordre général relatives à la prorogation des délais concernant les actes conservatoires des recours et à la prorogation des échéances.

ARTICLE 23.

Chacune des Hautes Parties contractantes s'engage à reconnaître les dispositions adoptées par toute Haute Partie contractante en vertu des articles 1 à 4, 6, 8 à 16 et 18 à 21 de la présente annexe.

or may exempt them from any special denomination, provided that they contain an express mention that they are drawn to order.

ARTICLE 20.

The provisions of Articles 1 to 18 of the present Annex with regard to bills of exchange apply likewise to promissory notes.

ARTICLE 21.

Each of the High Contracting Parties reserves the right to restrict the undertaking mentioned in Article 1 of the Convention to the provisions dealing with bills of exchange only, and not to introduce into its territory the provisions dealing with promissory notes contained in Title II of the Uniform Law. In this case the High Contracting Party making use of this reservation shall only be regarded as a contracting party in respect of bills of exchange.

Each of the High Contracting Parties further reserves the right to embody the provisions concerning promissory notes in a special regulation, which shall exactly conform to the stipulations in Title II of the Uniform Law and which shall reproduce the rules on bills of exchange to which reference is made, subject only to the modifications resulting from Articles 75, 76, 77 and 78 of the Uniform Law and from Articles 19 and 20 of the present Annex.

ARTICLE 22.

Each of the High Contracting Parties has the right to adopt exceptional measures of a general nature relating to the extension of the limits of time for conservatory measures in relation to recourse (*actes conservatoires des recours*) and to the extension of maturities.

ARTICLE 23.

Each of the High Contracting Parties undertakes to recognise the provisions adopted by every other High Contracting Party in virtue of Articles 1 to 4, 6, 8 to 16 and 18 to 21 of the present Annex.

qualquer denominação especial, uma vez que contenham a indicação expressa de que são à ordem.

ARTIGO 20.º

As disposições dos artigos 1.º a 18.º do presente Anexo, relativas às letras, aplicam-se igualmente às livranças.

ARTIGO 21.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes reserva-se a faculdade de limitar a obrigação assumida, em virtude do artigo 1.º da Convenção, exclusivamente às disposições relativas às letras, não introduzindo no seu território as disposições sôbre livranças constantes do título II da lei uniforme. Neste caso, a Alta Parte Contratante que fizer uso desta reserva será considerada parte contratante apenas pelo que respeita às letras.

Qualquer das Altas Partes Contratantes reserva-se igualmente a faculdade de compilar num regulamento especial as disposições relativas às livranças, regulamento que será inteiramente conforme com as estipulações do título II da lei uniforme e que deverá reproduzir as disposições sôbre letras referidas no mesmo título, sujeitas apenas às modificações resultantes dos artigos 75.º, 76.º, 77.º e 78.º da lei uniforme e dos artigos 19.º e 20.º do presente Anexo.

ARTIGO 22.º

Qualquer das Altas Partes Contratantes tem a faculdade de tomar medidas excepcionais de ordem geral relativas à prorrogação dos prazos respeitantes a actos tendentes à conservação de direitos e à prorrogação do vencimento das letras.

ARTIGO 23.º

Cada uma das Altas Partes Contratantes obriga-se a reconhecer as disposições adoptadas por qualquer das outras Altas Partes Contratantes em virtude dos artigos 1.º a 4.º, 6.º, 8.º a 16.º e 18.º a 21.º do presente Anexo.

Protocole

Au moment de procéder à la signature de la Convention, en date de ce jour, portant Loi uniforme sur les lettres de change et billets à ordre, les soussignés, dûment autorisés, sont convenus des dispositions suivantes :

A.

Les Membres de la Société des Nations et les Etats non membres qui n'auraient pas été en mesure d'effectuer avant le 1er septembre 1932 le dépôt de leur ratification sur ladite Convention s'engagent à adresser, dans les quinze jours suivant cette date, une communication au Secrétaire général de la Société des Nations, pour lui faire connaître la situation dans laquelle ils se trouvent en ce qui concerne la ratification.

B.

Si, à la date du 1er novembre 1932, les conditions prévues à l'article 6, alinéa 1, pour l'entrée en vigueur de la Convention, ne sont pas remplies, le Secrétaire général de la Société des Nations convoquera une réunion des Membres de la Société des Nations et des Etats non membres qui auraient signé la Convention ou y auraient adhéré.

Cette réunion aura pour objet l'examen de la situation et des mesures à prendre, le cas échéant, pour y faire face.

C.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront réciproquement, dès leur mise en vigueur, les dispositions législatives qu'elles établiront sur leurs territoires respectifs en exécution de la Convention.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ont signé le présent Protocole.

Fait à Genève, le sept juin mil neuf cent trente, en simple expédition, qui sera déposée dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations; copie conforme en sera transmise à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres représentés à la Conférence.

Protocol

At the time of signing the Convention of this day's date providing a Uniform Law for bills of exchange and promissory notes, the undersigned, duly authorised, have agreed upon the following provisions:

A.

The Members of the League of Nations and the non-Member States who may not have been able to deposit their ratifications of the said Convention before September 1st, 1932, undertake to forward, within fifteen days from that date, a communication to the Secretary-General of the League of Nations informing him of their situation as regards ratification.

B.

If on November 1st, 1932, the conditions laid down in the first paragraph of Article 6 for the entry into force of the Convention are not fulfilled, the Secretary-General of the League of Nations shall convene a meeting of the Members of the League and the non-Member States which have signed the Convention or acceded to it.

The purpose of this meeting shall be to examine the situation and any measures to be taken to remedy it.

C.

The High Contracting Parties shall communicate to each other, immediately upon their coming into force, the legislative measures taken by them in execution of the Convention in their respective territories.

In faith whereof the Plenipotentiaries have signed the present Protocol.

Done at Geneva, the seventh day of June, one thousand nine hundred and thirty, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and of which authenticated copies shall be delivered to all Members of the League of Nations and non-Member States represented at the Conference.

Protocolo

Ao assinar a Convenção, datada de hoje, estabelecendo uma lei uniforme em matéria de letras e livranças, os abaixo assinados, devidamente autorizados, acordaram nas disposições seguintes:

A

Os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros que não tenham podido efectuar antes de 1 de Setembro de 1932 o depósito da ratificação da referida Convenção obrigam-se a enviar, dentro de quinze dias, a contar daquela data, uma comunicação ao Secretariado Geral da Sociedade das Nações, dando-lhe a conhecer a situação em que se encontram no que diz respeito à ratificação.

B

Se, em 1 de Novembro de 1932, não se tiverem verificado as condições previstas na alínea primeira do artigo 6.º para a entrada em vigor da Convenção, o Secretário Geral da Sociedade das Nações convocará uma reünião dos Membros da Sociedade das Nações e dos Estados não membros que tenham assinado a Convenção ou a ela tenham aderido, a fim de serem examinadas a situação e as medidas que porventura devam ser tomadas para a resolver.

C

As Altas Partes Contratantes comunicar-se-ão reciprocamente, a partir da sua entrada em vigor, as disposições legislativas promulgadas nos respectivos territórios para tornar efectiva a Convenção.

Em fé do que os Plenipotenciários acima mencionados assinaram o presente. Protocolo.

Feito em Genebra, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações; será transmitida cópia autêntica a todos os Membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros representados na Conferência.

ALLEMAGNE	GERMANY	ALEMANHA
LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT DR. ULLMANN		LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT DR. ULLMANN
AUSTRICHE	AUSTRIA	ÁUSTRIA
DR. STROBELE		DR. STROBELE
BELGIQUE	BELGIUM	BÉLGICA
VTE. P. POULLET DE LA VALLÉE-POUSSIN		VTE. P. POULLET DE LA VALLÉE-POUSSIN
BRÉSIL	BRAZIL	BRASIL
DEOCLÉCIO DE CAMPOS		DEOCLÉCIO DE CAMPOS
COLOMBIE	COLOMBIA	COLÔMBIA
A. J. RESTREPO		A. J. RESTREPO
DANEMARK	DENMARK	DINAMARCA
A. HELPER V. EIGTVED		A. HELPER V. EIGTVED
VILLE LIBRE DE DANTZIG	FREE CITY OF DANZIG	CIDADE LIVRE DE DANTZIG
SULKOWSKI		SULKOWSKI
ÉQUATEUR	ECUADOR	EQUADOR
ALEJ. GASTELÚ		ALEJ. GASTELÚ
ESPAGNE	SPAIN	ESPANHA
JUAN GÓMEZ MONTEJO		JUAN GÓMEZ MONTEJO
FINLANDE	FINLAND	FINLÂNDIA
F. GRÖNVALL		F. GRÖNVALL
FRANCE	FRANCE	FRANÇA
J. PERCEROU		J. PERCEROU
GRÈCE	GREECE	GRÉCIA
R. RAPHAËL		R. RAPHAËL
HONGRIE	HUNGARY	HUNGRIA
DR. BARANYAI, ZOLTÁN		DR. BARANYAI, ZOLTÁN
ITALIE	ITALY	ITÁLIA
AMEDEO GIANNINI		AMEDEO GIANNINI
JAPON	JAPAN	JAPÃO
M. OHNO T. SHIMADA		M. OHNO T. SHIMADA

LUXEMBOURG	LUXEMBURG	LUXEMBURGO
CH. G. VERMAIRE		CH. G. VERMAIRE
NORVÈGE	NORWAY	NORUEGA
STUB HOLMBOE		STUB HOLMBOE
PAYS-BAS	THE NETHERLANDS	HOLANDA
MOLENGRAAFF		MOLENGRAAFF
PÉROU	PERU	PERU
J. M. BARRETO		J. M. BARRETO
POLOGNE	POLAND	POLÓNIA
SULKOWSKI		SULKOWSKI
PORTUGAL	PORTUGAL	PORTUGAL
JOSÉ CAEIRO DA MATA		JOSÉ CAEIRO DA MATA
SUÈDE	SWEDEN	SUÉCIA
E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG		E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG
SUISSE	SWITZERLAND	SUÍÇA
VISCHER		VISCHER
TCHÉCOSLOVAQUIE	CZECHOSLOVAKIA	CHECO-ESLOVÁQUIA
PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ		PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ
TURQUIE	TURKEY	TURQUIA
Ad referendum MEHMED MUNIR		*Ad referendum* MEHMED MUNIR
YOUGOSLAVIE	YUGOSLAVIA	JUGO-ESLÁVIA
I. CHOUMENKOVITCH		I. CHOUMENKOVITCH

Visto, examinado e considerado quanto se contém na referida Convenção com anexos e protocolo, aprovada pelo decreto-lei número vinte e três mil setecentos e vinte e um, de vinte e nove de Março de mil novecentos e trinta e quatro, é, pela presente Carta, a mesma Con-

venção com anexos e protocolo confirmada e ratificada, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dada por firme e válida para produzir os seus efeitos e ser inviolàvelmente cumprida e observada.

Em testemunho do que a presente Carta vai por nós assinada e selada com o sêlo da República Portuguesa.

Dada nos Paços do Govêrno da República, aos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e quatro.— António Óscar de Fragoso Carmona — *José Caeiro da Mata.*

Esta Carta de Confirmação e Ratificação foi depositada nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações em 9 de Junho de 1934, devendo a Convenção, nos termos do seu artigo 7.º, começar a vigorar, para Portugal, noventa dias após aquela data.

Também, nos termos do § 1.º do artigo 10.º da presente Convenção, ficou exarada na acta de depósito a seguinte declaração: «Esta ratificação é feita por Portugal sob a reserva de que as disposições da Convenção não se aplicam ao território colonial português».

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 21 de Junho de 1934.— Pelo Director Geral, *A. M. Ferraz de Andrade.*

António Óscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, foi assinada em Genebra uma Convenção com protocolo destinada a regular certos conflitos de leis em matéria de letras e de livranças, cujo teor é o seguinte:

Convention destinée a régler certains conflits de lois en matière de lettres de change et de billets à ordre.

Le Président du Reich Allemand; Le Président Fédéral de la République d'Autriche; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Le Président de la République de Colombie; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République de Pologne, pour la Ville Libre de Dantzig; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté Le Roi d'Espagne; Le Président de la République de Finlande; Le Président de la République Française; Le Président de la République Hellénique; Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Ma-

Convention for the settlement of certain conflicts of laws in connection with bills of exchange and promissory notes.

The President of the German Reich; The Federal President of the Austrian Republic; His Majesty the King of the Belgians; The President of the Republic of the United States of Brazil; The President of the Republic of Colombia; His Majesty the King of Denmark; The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig; The President of the Republic of Ecuador; His Majesty the King of Spain; The President of the Republic of Finland; The President of the French Republic; The President of the Hellenic Republic; His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary; His Majesty the King

(Tradução)

Convenção destinada a regular certos conflitos de leis em matéria de letras e de livranças.

O Presidente do Reich Alemão; O Presidente Federal da República Austríaca; Sua Majestade o Rei dos Belgas; O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil; O Presidente da República da Colômbia; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; O Presidente da República da Polónia, pela Cidade Livre de Dantzig; O Presidente da República do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; O Presidente da República da Finlândia; O Presidente da República Francesa; O Presidente da República Helénica; Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria; Sua Majestade o Rei de Itália;